



# PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2", conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR N° 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC.



## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

<b>SETOR REQUISITANTE:</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>RESPONSÁVEL PELA DEMANDA</b>	Luíza Maria Calian Pereira Machado
<b>DATA:</b>	18 de maio de 2026

### 1. CONTEXTO DA DEMANDA E JUSTIFICATIVA DO OBJETO PRETENDIDO:

1.1. Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2", conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC.

### 2. DO ORGÃO REQUERENTE:

2.1. Secretaria Municipal de Educação.

### 3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA:

3.1. A dotação orçamentária para o exercício de 2026, destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e será indicada no processo pela área competente da Prefeitura Municipal. Quanto aos exercícios seguintes, a dotação será mantida no orçamento do município e indicada, se necessário, mediante apostilamento.

### 4. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA DEMANDA:

4.1. A motivação/justificativa da demanda consta dos instrumentos de planejamento.



---

## 5. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

---

6.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (dozes) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, especialmente em razão da natureza do objeto contratado, consistente na execução de obra de engenharia caracterizada como contrato por escopo.

6.2. Nessa modalidade contratual, a extinção do ajuste não se vincula exclusivamente ao decurso do prazo inicialmente estipulado, mas, sobretudo, à conclusão integral do objeto contratado, compreendendo a execução da obra, sua entrega definitiva e o cumprimento de todas as obrigações técnicas correlatas.

6.3. Assim, o prazo fixado representa estimativa necessária ao planejamento administrativo e orçamentário da contratação, admitindo-se eventual prorrogação nas hipóteses legalmente previstas, especialmente diante de fatos supervenientes, intercorrências na execução, necessidade de adequações técnicas ou situações que impactem o cronograma físico-financeiro da obra.

---

## 6. RESULTADOS PRETENDIDOS:

---

6.1. A presente contratação tem por objetivo viabilizar a adequada execução da obra de engenharia vinculada ao Termo de Compromisso firmado no âmbito do Novo PAC, garantindo ao Município a efetiva implementação da infraestrutura pretendida, dentro dos padrões técnicos exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização.

6.2. Com a execução do objeto, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) assegurar a melhoria da infraestrutura pública municipal, proporcionando melhores condições de atendimento à população beneficiada pela intervenção;
- b) promover maior segurança, funcionalidade, acessibilidade e durabilidade da estrutura a ser executada, observando-se as normas técnicas aplicáveis e os parâmetros de engenharia pertinentes;
- c) garantir a correta aplicação dos recursos públicos oriundos da União, evitando prejuízos ao erário, paralisações, glosas ou eventual perda dos recursos vinculados ao convênio/termo de compromisso;
- d) cumprir os prazos estabelecidos pela Caixa Econômica Federal e pelos instrumentos de transferência voluntária, especialmente considerando a necessidade de início célere do procedimento licitatório e da execução contratual;
- e) possibilitar a adequada fiscalização e acompanhamento da obra, mediante contratação de empresa especializada e tecnicamente habilitada para execução do objeto;
- f) proporcionar benefícios diretos à coletividade, com reflexos positivos na qualidade de vida da população, no desenvolvimento urbano e na melhoria dos serviços públicos correlatos;
- g) assegurar que a execução ocorra com observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, resultando em obra apta ao atendimento das necessidades administrativas e sociais que justificaram a captação do recurso.



6.3. Além disso, busca-se garantir que a obra seja concluída de forma integral e satisfatória, observando-se o regime de contratação por escopo, no qual a obrigação principal da contratada consiste na entrega final do objeto plenamente executado, independentemente do tempo despendido para sua conclusão, desde que respeitadas as condições contratuais e eventuais prorrogações legalmente admitidas.

---

## **7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

---

7.1. Anexo, encaminhamos Termo de Referência, elaborado em conformidade com o disposto art. 6º, XXIII da Lei n.º 14.133/2023.

---

## **8. GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO EM BAIXO, MÉDIO OU ALTO:**

---

8.1. A presente contratação possui elevado grau de prioridade administrativa, tendo em vista a necessidade de assegurar a tempestiva execução da obra de construção da Creche Municipal.

8.2. A urgência da contratação decorre, ainda, das condições e prazos estabelecidos no âmbito do TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, considerando que o Município dispõe de prazo limitado de 60 (sessenta) dias, contados da autorização emitida pela Caixa Econômica Federal, para adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório pertinente.

8.3. Soma-se a isso o fato de que o exercício de 2026 corresponde a um período eleitoral, circunstância que impõe à Administração Pública maior cautela quanto à observância dos prazos legais, operacionais e orçamentários necessários à formalização da contratação, emissão da ordem de serviço e efetivo início da execução da obra, evitando-se riscos de restrições administrativas, atrasos procedimentais ou comprometimento do cronograma pactuado junto aos órgãos federais responsáveis pelo repasse dos recursos.

**LUIZA MARIA CALIAN PEREIRA MACHADO**  
Secretária de Educação



## TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência é elaborado contendo os elementos descritivos contidos no art. 6º, XXIII da Lei n.º 14.133/2021, como segue abaixo:

### 1- DEFINIÇÃO DO OBJETO:

**1.1.** Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC.

**1.2.** Considerando a solução escolhida, verifica-se que se trata de obra e serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, incisos XII e XXVIII, da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usuais no mercado, na forma de execução indireta em regime de empreitada por preço global.

**1.3.** Com base no disposto acima, deverá ser concedido, nos termos do art. 55, Inciso II, Alínea “a”, da lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para apresentação de propostas e lances.

**1.4.** Em conformidade com o art. 23, §1º, III da Lei Federal nº 14.133/21, procedeu-se a pesquisa de mercado para verificação dos preços e estimativa de custos, tendo como valor estimado o abaixo exposto:

TEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR ESTIMADO
01	REALIZAÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS DOCUMENTOS DE ENGENHARIA EM ANEXO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS-MG, NOS MOLDES DO TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA	UNID	01	R\$ 3.539.513,32

**1.3.** A despesa decorrente da contratação do objeto deste certame está estimada no valor global de R\$ 3.539.513,32 (três milhões quinhentos e trinta e nove mil quinhentos e treze reais e trinta e dois centavos), conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias, memória de cálculo, composições de custos e demais documentos técnicos que integram o presente processo administrativo, constituindo referido montante o valor máximo admitido pela Administração para fins de contratação.





**1.3.1.** O valor estimado foi apurado com base nos documentos de engenharia aprovados, observadas as composições referenciais aplicáveis, os parâmetros técnicos do projeto, os custos unitários de mercado e as exigências estabelecidas no TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**1.3.2.** Serão automaticamente desclassificadas as propostas que apresentarem valor global superior ao orçamento estimado pela Administração, bem como aquelas que se mostrarem manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os quantitativos e especificações técnicas exigidas ou em desconformidade com as disposições constantes no instrumento convocatório, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**1.4.** Os recursos financeiros destinados à execução da presente contratação serão suportados com recursos oriundos do TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Antônio Prado de Minas/MG, no âmbito do Novo PAC, complementados pela respectiva contrapartida financeira do Município, conforme previsto no plano de trabalho, cronograma de desembolso e dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

## **2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:**

**2.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, especialmente em razão da natureza do objeto contratado, consistente na execução de obra de engenharia caracterizada como contrato por escopo.

**2.2.** Nessa modalidade contratual, a extinção do ajuste não se vincula exclusivamente ao decurso do prazo inicialmente estipulado, mas, sobretudo, à conclusão integral do objeto contratado, compreendendo a execução da obra, sua entrega definitiva e o cumprimento de todas as obrigações técnicas correlatas.

**2.3.** Assim, o prazo fixado representa estimativa necessária ao planejamento administrativo e orçamentário da contratação, admitindo-se eventual prorrogação nas hipóteses legalmente previstas, especialmente diante de fatos supervenientes, intercorrências na execução, necessidade de adequações técnicas ou situações que impactem o cronograma físico-financeiro da obra.

**2.4.** Neste sentido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ADOTADA:**

**3.1.** A contratação de empresa especializada para a realização da obra de construção de CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, conforme especificações constantes nos documentos técnicos e de engenharia em anexo, revela-se necessária, oportuna e imprescindível para atendimento às demandas educacionais do Município de Antônio Prado de Minas, nos exatos termos do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**3.2.** A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica, sendo dever do Município assegurar o acesso universal e igualitário a creches e pré-escolas, especialmente para crianças de 0 a 5 anos, conforme preceitua a Constituição Federal e a legislação educacional vigente. Nesse contexto, a implantação de unidade educacional adequada e estruturada é condição essencial para



garantir o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

**3.3.** O Município enfrenta demanda crescente por vagas em creche, decorrente do aumento populacional, da ampliação da participação das famílias no mercado de trabalho e da necessidade de atendimento prioritário a crianças em situação de vulnerabilidade social. A inexistência ou insuficiência de estrutura física adequada compromete o pleno atendimento dessas demandas, gerando filas de espera e restringindo o acesso ao direito fundamental à educação infantil.

**3.4.** A construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, nos moldes padronizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, assegura que a unidade escolar seja implantada com padrões técnicos, arquitetônicos, pedagógicos e de acessibilidade previamente validados, contemplando ambientes adequados para atividades pedagógicas, alimentação, recreação, higiene, administração e apoio, garantindo segurança, conforto e funcionalidade para alunos, profissionais da educação e comunidade escolar. Além disso, o projeto padronizado Tipo 2 atende às normas de segurança, acessibilidade universal, sustentabilidade e eficiência construtiva, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e reduzindo riscos de inadequações técnicas ou operacionais futuras.

**3.5.** A contratação da obra também se mostra necessária para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município no âmbito do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, sendo indispensável a execução do objeto conforme os prazos, especificações técnicas e condições estabelecidas, sob pena de prejuízos à política pública educacional, bem como riscos de suspensão de repasses, devolução de recursos e responsabilizações administrativas. Ressalte-se que a Administração Municipal não dispõe de estrutura própria, pessoal técnico especializado e meios operacionais suficientes para executar diretamente obra de tal complexidade, sendo a contratação de empresa especializada a única alternativa viável para assegurar a correta execução dos serviços, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos anexos.

**3.6.** Dessa forma, a contratação de empresa para execução da obra de construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2 é indispensável para a ampliação da rede municipal de ensino, para o fortalecimento da política pública de educação infantil, para o atendimento adequado às famílias do Município e para a efetivação do direito fundamental à educação, atendendo plenamente às necessidades institucionais da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG.

**3.7.** Em virtude das características gerais da obra, das condições exigidas para sua execução e da necessidade de mobilização de uma equipe especializada, concluiu-se que a modalidade de execução indireta se apresenta como a mais adequada. Essa opção se justifica pela indisponibilidade de servidores públicos municipais, tanto em número quanto em qualificação técnica necessária, para realizar a execução integral do objeto da obra, o que torna a contratação de empresa especializada imprescindível para o sucesso do empreendimento.

**3.8.** Optou-se, portanto, pela adoção do regime de execução indireta, por meio de empreitada por preço global, tendo em vista que essa modalidade permite a definição prévia, com uma margem de precisão satisfatória, das quantidades dos serviços a serem executados, conforme estabelecido no projeto. Esse modelo oferece maior controle e previsibilidade em relação à execução da obra,



assegurando que as condições de execução estejam claramente delineadas e que as entregas sejam realizadas de acordo com os parâmetros definidos.

**3.8.1.** A escolha pelo regime de execução por preço global visa, entre outros aspectos, facilitar as medições e a fiscalização da obra, uma vez que as etapas do processo estarão claramente estabelecidas no contrato. Além disso, essa modalidade proporciona uma programação financeira mais eficiente, pois permite um melhor controle do fluxo de caixa e das despesas ao longo da execução da obra. A adoção do preço global também inibe práticas que possam prejudicar a administração pública municipal, como o uso inadequado de planilhas de custos, e favorece o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos no cronograma, uma vez que o pagamento será condicionado à conclusão das etapas previstas, garantindo que a obra avance conforme o planejamento e em consonância com os interesses da administração pública.

#### **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1.** Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, como condição indispensável para a assinatura do instrumento contratual, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente em razão da relevância técnica, estrutural e financeira da obra de construção da Creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**4.1.1.** A garantia poderá ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, devendo ser apresentada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e eventual rescisão contratual por inadimplemento contratual imputável à contratada.

**4.1.2.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar integralmente toda a vigência contratual, inclusive prorrogações, aditivos, reequilíbrios e alterações quantitativas e qualitativas que impactem o valor ou o prazo da contratação, mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora, sendo vedada a existência de qualquer período sem cobertura.

**4.1.3.** Será admitida a substituição da apólice de seguro-garantia por ocasião de sua renovação ou aniversário contratual, desde que mantidas integralmente as condições de cobertura, vigência, valores segurados e abrangência das obrigações garantidas, sem qualquer descontinuidade da proteção contratual.

**4.1.4.** Na hipótese de suspensão contratual decorrente de ordem da Administração ou de inadimplemento desta, a contratada ficará temporariamente desobrigada da renovação da garantia ou do endosso da apólice até a emissão formal da ordem de reinício da execução ou a regularização da pendência administrativa.

**4.1.5.** A garantia assegurará, independentemente da modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do objeto contratado e das demais obrigações previstas no instrumento contratual;

II – multas moratórias, compensatórias e punitivas aplicadas pela Administração;

III - prejuízos causados à Administração em razão da má execução, paralisação injustificada, abandono da obra ou descumprimento de obrigações técnicas;

IV - obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e para com o FGTS eventualmente inadimplidas pela contratada, quando couber;





V - reparação de danos decorrentes de vícios construtivos, falhas estruturais e defeitos de execução identificados durante a execução ou dentro do prazo legal de responsabilidade técnica da obra.

**4.1.5.1.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita quando contemplar integralmente todos os eventos previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável, inclusive cobertura para inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e ressarcimento integral ao erário.

**4.1.6.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica indicada pela Administração, sendo devidamente corrigida monetariamente até sua eventual restituição.

**4.1.7.** Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, sendo avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação vigente.

**4.1.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressamente a renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

**4.1.9.** Em caso de alteração do valor contratual, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, acréscimo quantitativo, prorrogação de prazo ou qualquer modificação que impacte o contrato, a garantia deverá ser obrigatoriamente ajustada ou renovada, observando os mesmos critérios da contratação originária.

**4.1.10.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, para cobertura de qualquer obrigação contratual, a contratada deverá promover sua imediata recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

**4.1.11.** A Administração executará a garantia na forma prevista na legislação aplicável, independentemente de autorização prévia da contratada, sempre que constatado inadimplemento contratual.

**4.1.12.** O garantidor deverá ser formalmente notificado acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual.

**4.1.13.** No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer posteriormente, não constituindo fundamento para negativa de cobertura, observados os prazos prescricionais legais.

**4.1.14.** A extinção da garantia ocorrerá somente após a emissão de termo circunstanciado pela Administração, declarando o integral cumprimento das obrigações contratuais e inexistência de pendências técnicas, administrativas, financeiras ou trabalhistas.

**4.1.15.** A garantia somente será liberada após o recebimento definitivo da obra, aprovação integral das medições, encerramento das obrigações contratuais e inexistência de responsabilidades pendentes, sendo atualizada monetariamente quando prestada em espécie.

**4.1.16.** O garantidor não integrará o processo administrativo instaurado para aplicação de sanções à contratada, não figurando como parte processual.

**4.1.17.** A contratada autoriza expressamente a Administração a promover a retenção, execução ou compensação da garantia sempre que necessário à proteção do interesse público e do patrimônio público.

**4.1.18.** A garantia de execução contratual não substitui nem afasta as responsabilidades técnicas da contratada, tampouco eventual garantia legal da obra, responsabilidade civil, solidez e segurança da construção, previstas no Código Civil, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



**4.2.** Constituem obrigações iniciais da contratada, sendo condição indispensável para autorização da primeira medição e do primeiro pagamento:

**I** - efetuar o registro da obra junto ao CREA/MG e apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução;

**II** - promover o cadastro e registro da obra perante o INSS e demais órgãos previdenciários e trabalhistas competentes;

**III** - providenciar a obtenção do Alvará de Execução da obra, quando exigido pela legislação municipal e pelos órgãos competentes;

**IV** – apresentar matrícula CEI/CNO da obra, quando aplicável;

**V** - instalar placa de obra em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse e demais exigências do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA;

**4.3.** A contratada deverá manter profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução da obra durante toda a vigência contratual, com registro regular perante o CREA/MG, devendo promover a correspondente ART de execução e de eventuais complementações, alterações ou substituições técnicas que se fizerem necessárias, sendo vedada a execução dos serviços sem responsável técnico formalmente designado.

**4.4.** Os licitantes, contratados e contratantes, bem como seus agentes públicos, sócios, acionistas, administradores, representantes e colaboradores, deverão atuar com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, transparência, integridade e ética pública, durante todas as fases da contratação.

**4.4.1.** Declaram possuir pleno conhecimento das disposições constantes na Lei nº 8.429/1992, Lei nº 12.846/2013, Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas de integridade e combate à corrupção.

**4.4.2.** Comprometem-se a não praticar atos que possam configurar fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido, direcionamento licitatório, superfaturamento, ocultação de informações ou qualquer outra conduta lesiva à Administração Pública.

**4.4.3.** Obrigam-se a comunicar imediatamente aos órgãos de controle competentes, inclusive Controladoria, Ministério Público e demais autoridades fiscalizadoras, qualquer irregularidade de que tenham conhecimento no âmbito da execução contratual.

**4.4.4.** A violação das normas anticorrupção e de integridade constitui causa suficiente para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive responsabilização por perdas e danos.

**4.4.5.** Consideram-se práticas vedadas:

- a) corruptas;
- b) fraudulentas;
- c) colusivas;
- d) coercitivas;
- e) obstrutivas.

**4.4.6.** A Administração rejeitará propostas e poderá declarar a inidoneidade ou aplicar as sanções cabíveis sempre que houver comprovação de envolvimento do licitante em práticas ilícitas que comprometam a lisura do certame ou da execução contratual.

**4.4.7.** O Processo Administrativo de Responsabilização – PAR observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, seus regulamentos e demais normas aplicáveis à matéria.



**4.5.** A execução da obra deverá observar integralmente os projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho, disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências constantes do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**4.6.** A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual, com registro ativo perante o CREA/MG ou CAU, quando cabível, bem como promover a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, incluindo eventuais complementações, substituições ou alterações técnicas que se fizerem necessárias.

**4.7.** Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas do projeto e em conformidade com as normas técnicas vigentes, sendo vedada a utilização de materiais reutilizados, reconicionados, inadequados ou que comprometam a segurança, funcionalidade e durabilidade da obra.

**4.8.** A contratada deverá manter permanentemente atualizado o Diário de Obra, com registros diários de execução, quantitativos realizados, número de trabalhadores mobilizados, equipamentos utilizados, condições climáticas, ocorrências relevantes, orientações da fiscalização, intercorrências técnicas e evolução do cronograma físico-financeiro.

**4.9.** A execução deverá observar rigoroso controle tecnológico dos materiais e serviços empregados, incluindo ensaios, testes laboratoriais, verificações estruturais e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade e conformidade técnica da obra, correndo tais custos exclusivamente por conta da contratada.

**4.10.** A contratada deverá manter sinalização adequada, permanente e visível em toda a área de intervenção, adotando todas as medidas de segurança necessárias à proteção de trabalhadores, pedestres, veículos, imóveis vizinhos e demais terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.

**4.11.** Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC por todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, bem como o cumprimento integral das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho.

**4.12.** A contratada deverá adotar todas as providências necessárias para evitar danos às redes de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefonia, drenagem, pavimentação e demais infraestruturas existentes na área de intervenção, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados.

**4.13.** A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, situação superveniente ou fato que possa comprometer a execução regular da obra, indicando as providências corretivas cabíveis.

**4.14.** O cumprimento do cronograma físico-financeiro será obrigação contratual essencial, devendo a contratada observar rigorosamente os marcos parciais e prazo final de conclusão, sendo obrigatória a apresentação de plano de recuperação sempre que houver atraso relevante ou notificação formal da fiscalização.

**4.15.** A contratada deverá promover a limpeza permanente da área de execução, removendo entulhos, resíduos, sobras de materiais, escavações excedentes e quaisquer elementos que comprometam a segurança, mobilidade urbana ou adequada execução da obra.

**4.16.** Os resíduos da construção civil deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 307/2002, normas da ABNT, legislação



ambiental vigente e exigências dos órgãos competentes, vedado o descarte irregular em vias públicas, corpos d'água, terrenos baldios ou áreas protegidas.

**4.17.** A contratada deverá instalar e manter, durante toda a execução da obra, placa de identificação em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo as informações obrigatórias relativas ao objeto, origem dos recursos, valor do repasse, QR Code e demais exigências previstas pela Caixa Econômica Federal e pelo Transferegov.br.

**4.18.** Qualquer alteração de projeto, metodologia executiva, quantitativos, materiais ou soluções técnicas somente poderá ser realizada mediante justificativa técnica formal, prévia análise da fiscalização e autorização expressa da Administração, sendo vedada qualquer modificação unilateral pela contratada.

**4.19.** A contratada responderá integralmente pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica e funcionalidade da obra executada, permanecendo responsável pelo prazo legal de garantia, inclusive quanto à correção de vícios construtivos, defeitos estruturais e falhas operacionais posteriormente identificadas.

**4.20.** A execução da obra deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, transparência, integridade e interesse público, sendo vedada qualquer conduta que comprometa a lisura da contratação, a qualidade da execução ou a correta aplicação dos recursos públicos federais e municipais envolvidos.

## **5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**5.1.** A execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão formal da Ordem de Serviço pela Administração Municipal, após a conclusão de todas as exigências preliminares previstas no instrumento convocatório e no contrato, especialmente apresentação da garantia contratual, ART de execução, registro da obra junto ao CREA/MG, matrícula da obra perante os órgãos competentes, alvarás eventualmente exigidos e mobilização inicial do canteiro de obras.

**5.1.1.** O descumprimento injustificado do prazo para início da execução caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, inclusive aplicação de multa moratória, advertência, impedimento de licitar e eventual rescisão contratual.

**5.1.2.** Antes do início da execução, a contratada deverá apresentar cronograma executivo detalhado e atualizado, compatível com o cronograma físico-financeiro aprovado no processo licitatório e com as exigências do Termo de Compromisso nº 968570/2024/MCIDADES/CAIXA, contendo a previsão individualizada das etapas, metas, marcos de medição, prazos parciais e prazo final de conclusão.

**5.2.** Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, insumos, equipamentos, máquinas, ferramentas, utensílios, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e coletiva, transporte, sinalização, escoramentos, controle tecnológico, ensaios laboratoriais, licenças, mobilização e desmobilização de canteiro, bem como todos os demais recursos necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto, promovendo imediatamente a substituição de qualquer item que se apresente inadequado, defeituoso ou insuficiente.

**5.2.1.** Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às normas técnicas da ABNT, especificações dos projetos, memoriais descritivos e exigências da fiscalização, sendo vedada a utilização de materiais reutilizados, recondicionados ou em desacordo com os padrões técnicos exigidos.





**5.2.2.** A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, ensaios, testes, laudos e comprovações técnicas da qualidade dos materiais e serviços executados, correndo tais despesas exclusivamente por conta da contratada quando houver indício de inadequação técnica.

**5.3.** Após o recebimento definitivo do objeto contratual pela Administração, a contratada permanecerá responsável pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica e funcionalidade da obra executada, bem como por quaisquer vícios construtivos, defeitos estruturais, falhas técnicas ou operacionais, ainda que decorrentes dos materiais empregados, obrigando-se, às suas expensas, à imediata reparação, correção, reconstrução ou substituição do que se fizer necessário, nos termos do art. 618 do Código Civil e da legislação aplicável.

**5.4.** A contratada assumirá integral responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, previdenciária, ambiental e criminal por quaisquer danos causados ao Município, ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, por ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência, falha técnica ou descumprimento das normas de segurança.

**5.5.** A contratada responderá integralmente por acidentes causados a terceiros, trabalhadores ou usuários da via pública em razão da ausência ou insuficiência de sinalização, escoramentos inadequados, falhas estruturais provisórias, movimentação de máquinas, escavações, utilização inadequada de equipamentos ou qualquer outra falha relacionada à execução da obra.

**5.5.1.** A sinalização provisória da obra deverá ser mantida permanentemente adequada, visível e compatível com o risco da intervenção, observando normas técnicas, legislação de trânsito, segurança do trabalho e orientações da fiscalização municipal.

**5.6.** A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato superveniente, intercorrência técnica, condição climática excepcional, interferência de terceiros, necessidade de reprogramação ou qualquer circunstância que possa comprometer, retardar ou impedir a execução parcial ou total da obra, apresentando relatório técnico circunstanciado e as medidas corretivas propostas.

**5.6.1.** A mera comunicação de dificuldade operacional não exime a contratada da responsabilidade contratual, devendo eventual pedido de prorrogação ser formalmente fundamentado, tecnicamente comprovado e previamente aprovado pela Administração.

**5.7.** A contratada deverá manter junto à fiscalização relação permanentemente atualizada de todos os empregados, encarregados, operadores, engenheiros, técnicos e demais profissionais envolvidos na execução contratual, inclusive com identificação do responsável técnico presente no local da obra.

**5.7.1.** A ausência injustificada de responsável técnico habilitado no local da obra poderá ensejar suspensão imediata dos serviços e aplicação das penalidades cabíveis.

**5.8.** A contratada deverá promover permanentemente a limpeza, organização e desobstrução das áreas de trabalho, removendo sobras de materiais, entulhos, escavações excedentes, resíduos de construção e quaisquer elementos que comprometam a segurança, mobilidade urbana, drenagem local ou a adequada execução da obra.

**5.8.1.** Os resíduos provenientes da execução dos serviços deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando integralmente a legislação ambiental vigente, normas de gerenciamento de resíduos da construção civil e exigências dos órgãos competentes, vedado o descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, cursos d'água ou áreas de preservação.

**5.9.** O acompanhamento da execução física e financeira da obra será realizado por meio do cronograma físico-financeiro aprovado, constituindo obrigação da contratada o cumprimento rigoroso dos marcos parciais e da conclusão final pactuada.





**5.9.1.** Será considerada situação de atraso relevante a não execução de qualquer etapa prevista no cronograma superior a 10% (dez por cento) do avanço físico programado para o período ou atraso superior a 15 (quinze) dias corridos em qualquer marco intermediário relevante.

**5.9.2.** Verificada situação de atraso, a fiscalização emitirá notificação formal para que a contratada apresente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, Plano de Recuperação de Cronograma, contendo diagnóstico das causas do atraso, medidas corretivas, reforço de equipe, ampliação de turnos, reforço de equipamentos e nova programação executiva sem prejuízo do prazo final contratual.

**5.9.3.** A não apresentação do Plano de Recuperação, sua rejeição técnica ou o descumprimento injustificado das medidas corretivas propostas poderá ensejar aplicação de multa contratual, retenção de medições, glosa parcial de pagamentos, execução da garantia contratual e, em casos graves ou reiterados, rescisão unilateral do contrato.

**5.9.4.** O atraso injustificado que comprometa o cronograma do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA ou coloque em risco a liberação de recursos federais, medições, prestação de contas ou a regularidade perante o Transferegov.br será considerado falta grave contratual.

**5.9.5.** A contratada não fará jus a reequilíbrio econômico-financeiro, indenização ou prorrogação automática de prazo quando o atraso decorrer de sua própria desorganização operacional, insuficiência de equipe, falha de planejamento, deficiência técnica, inadimplemento com fornecedores ou qualquer causa a ela imputável.

**5.10.** A contratada deverá executar as obras em conformidade com o Memorial Descritivo, parte integrante deste instrumento.

## **6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:**

**6.1.** O pacto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do pacto, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

**6.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**6.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**6.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**6.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**6.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



**6.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**6.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

**7.1.** O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme a execução física da obra e o cronograma físico-financeiro aprovado, mediante apresentação de boletim de medição, relatório de execução, ateste da fiscalização, nota fiscal eletrônica regular e demais documentos exigidos para liquidação da despesa, observadas as disposições do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA e da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.1.** Cada pagamento ficará vinculado à efetiva medição dos serviços executados, devidamente conferidos e aprovados pelo fiscal do contrato e pelo responsável técnico da Administração, sendo vedado o pagamento por serviços não executados, executados parcialmente sem funcionalidade ou em desconformidade com os projetos, especificações técnicas e determinações da fiscalização.

**7.1.2.** As medições deverão observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro contratual, os quantitativos efetivamente executados, os boletins de medição, os registros fotográficos, relatórios técnicos, diário de obra, ARTs correspondentes e demais documentos comprobatórios exigidos pela fiscalização e pela Caixa Econômica Federal no âmbito do acompanhamento do convênio.

**7.1.3.** A liberação da primeira medição e do primeiro pagamento ficará condicionada à comprovação de:

I - apresentação da garantia contratual;

II - registro da obra junto ao CREA/MG e apresentação da respectiva ART;

III - matrícula da obra junto aos órgãos previdenciários competentes;

IV - obtenção dos alvarás e licenças eventualmente exigidos;

V - instalação da placa de obra conforme exigências do Novo PAC;

VI - mobilização inicial do canteiro e início efetivo da execução.

**7.2.** Quando houver glosa parcial de serviços medidos, rejeição de etapas executadas, pendências técnicas ou necessidade de adequações apontadas pela fiscalização, o contratante comunicará formalmente a contratada para que proceda à correção necessária e emita a nota fiscal com o valor efetivamente aprovado e dimensionado.

**7.2.1.** Serviços executados em desconformidade com os projetos, normas técnicas, especificações contratuais ou sem prévia autorização da fiscalização poderão ser rejeitados total ou parcialmente, não gerando obrigação de pagamento até sua regularização.

**7.3.** O setor competente para proceder à liquidação e ao pagamento deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém todos os elementos necessários e essenciais do documento, especialmente:

a) identificação completa da contratada;

b) número e objeto do contrato administrativo;

c) número da medição correspondente;



- d) período respectivo de execução da medição;
- e) discriminação dos serviços executados;
- f) valor exato a pagar;
- g) eventual destaque das retenções tributárias e previdenciárias cabíveis;
- h) dados bancários da contratada;
- i) vinculação ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**7.4.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente instruída, acompanhada do ateste da execução pelo fiscal do contrato, aprovação da medição e regular liquidação da despesa, observada a disponibilidade financeira e o fluxo de liberação dos recursos vinculados ao convênio.

**7.4.1.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a fiscalização formalizar o ateste da execução da etapa correspondente e não houver pendências impositivas à liquidação.

**7.4.2.** O pagamento será realizado preferencialmente por meio da funcionalidade Ordem de Pagamento de Parcerias – OPP, via Transferegov.br, ou outro mecanismo oficialmente exigido para movimentação dos recursos federais vinculados ao Termo de Compromisso, observadas as normas da Caixa Econômica Federal e da legislação aplicável.

**7.4.3.** A liberação da última medição ficará condicionada à inexistência de pendências técnicas, à superação de eventuais divergências qualitativas ou quantitativas apontadas pela fiscalização, à regularidade da documentação final da obra e à aceitação formal da Administração e da Mandatária, quando aplicável.

**7.4.4.** No caso de atraso imputável exclusivamente ao Município, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva quitação, mediante aplicação do índice IPCA-E, sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis.

**7.4.5.** Considerando que a presente contratação é executada com recursos provenientes do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, no âmbito do Novo PAC, cuja liberação financeira observa os procedimentos operacionais, medições e autorizações da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br, a contratada declara ciência de que os pagamentos poderão observar o fluxo de liberação dos recursos federais vinculados ao empreendimento.

**7.4.6.** A eventual pendência temporária de liberação financeira pela mandatária federal ou pelo órgão concedente, desde que não decorrente de inadimplemento injustificado do Município, não autoriza, por si só, a paralisação unilateral da obra, devendo a contratada manter a execução regular dos serviços compatíveis com o cronograma físico-financeiro aprovado.

**7.4.7.** Verificada situação excepcional de atraso prolongado na liberação dos recursos, capaz de comprometer comprovadamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou a capacidade operacional da contratada, as partes poderão adotar medidas consensuais de reprogramação do cronograma de execução, suspensão formal da obra ou revisão contratual, na forma da Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência na medição, pendência documental, irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ou qualquer circunstância que impeça a regular liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada promova o saneamento necessário.

**7.5.1.** Nessa hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a comprovação da regularização da pendência, não acarretando qualquer ônus adicional ao contratante.

**7.6.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de:



- I - comprovação de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
- II - certidão de regularidade junto ao FGTS;
- III - certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- IV - comprovantes de recolhimento previdenciário e trabalhista relacionados à execução contratual, quando exigidos;
- V - boletim de medição aprovado;
- VI - relatório fotográfico e demais documentos exigidos pela fiscalização.

7.7. O Município procederá, de ofício, às retenções tributárias, previdenciárias e legais cabíveis, observada a legislação vigente, inclusive quanto à retenção de INSS, ISSQN, IRRF e demais tributos incidentes sobre a execução da obra.

7.8. A inadimplência da contratada com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários ou comerciais não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado ou restringir a regular execução da obra.

## **8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS:**

8.1. O prestador de serviços será selecionado por meio de licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

## **9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária: 02.02.04 12 365 0013 1021 449051 fonte 1569 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

## **10- OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, seus anexos, projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, Termo de Referência, Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA e demais normas aplicáveis.

10.1.2. Receber provisória e definitivamente a obra, observados os prazos, critérios técnicos e condições estabelecidas no instrumento convocatório, mediante conferência da execução física, funcionalidade da obra e atendimento integral das exigências contratuais.

10.1.3. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre vícios, defeitos, falhas construtivas, incorreções técnicas, atrasos injustificados ou qualquer desconformidade verificada na execução da obra, para que sejam sanados, corrigidos, refeitos ou substituídos às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar, fiscalizar e controlar a execução contratual por meio de fiscal e gestor formalmente designados, inclusive quanto ao cumprimento do cronograma físico-financeiro, qualidade dos serviços, medições, segurança da obra e regularidade documental.

10.1.5. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução, quando houver divergência quanto à medição, quantidade, qualidade ou regularidade da etapa executada, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.





**10.1.6.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos no contrato, observada a efetiva medição dos serviços executados, o ateste da fiscalização e a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

**10.1.7.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, em caso de inadimplemento, atraso, abandono da obra, falhas de execução ou descumprimento contratual.

**10.1.8.** Cientificar o órgão de assessoramento jurídico e demais órgãos competentes quando verificado descumprimento contratual que demande medidas administrativas, sancionatórias, rescisórias ou judiciais.

**10.1.9.** Analisar e responder, de forma fundamentada, os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, repactuação, reajuste ou revisão contratual eventualmente formulados pela CONTRATADA, observada a legislação aplicável.

**10.1.10.** Notificar os emitentes das garantias contratuais acerca da instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando cabível.

**10.1.11.** Comunicar formalmente a CONTRATADA em caso de necessidade de alteração de projeto, adequação técnica, reprogramação de execução ou ajustes autorizados pela Administração, observadas as hipóteses legais de alteração contratual.

**10.1.12.** Fornecer, por escrito, as informações, documentos e orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços contratados.

**10.1.13.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados, inclusive quanto à conformidade estrutural, funcionalidade, segurança e atendimento às especificações técnicas da obra.

**10.1.14.** Verificar a correta inserção das informações no Transferegov.br, especialmente medições, boletins, documentos técnicos, cronograma e registros exigidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério das Cidades.

**10.1.15.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, inclusive fornecedores, empregados, subcontratados ou prestadores de serviços, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da contratada, seus prepostos ou subordinados.

**10.2.** São obrigações da CONTRATADA:

**10.2.1.** Cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução da obra de construção da creche, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos, tributos, transporte, mobilização e demais custos necessários.

**10.2.2.** Executar a obra em estrita observância aos projetos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas técnicas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho e determinações da fiscalização.

**10.2.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas construtivas e danos decorrentes da execução da obra, inclusive quanto à solidez, segurança, estabilidade e funcionalidade, nos termos do Código Civil e da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.4.** Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a execução da obra, apresentando justificativa técnica formal e documentação comprobatória.

**10.2.5.** Atender prontamente às determinações emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior, promovendo os ajustes, correções e adequações exigidas.





**10.2.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços executados com vícios, defeitos, falhas técnicas ou em desacordo com as especificações contratuais.

**10.2.7.** Responder por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, inclusive acidentes, falhas estruturais, prejuízos patrimoniais, danos ambientais e responsabilidade civil decorrente da execução da obra.

**10.2.8.** Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e qualificação técnica.

**10.2.9.** Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, comerciais, ambientais e fundiárias decorrentes da execução contratual, não havendo qualquer transferência de responsabilidade ao CONTRATANTE.

**10.2.10.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, paralisação ou situação que comprometa a execução da obra.

**10.2.11.** Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução, com registro regular perante o CREA/MG e respectivas ARTs de execução, fiscalização complementar e eventuais alterações técnicas.

**10.2.12.** Elaborar e manter atualizado o Diário de Obra, com registros diários de execução, equipe mobilizada, equipamentos, condições meteorológicas, serviços realizados, ocorrências e situação do cronograma.

**10.2.13.** Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, apresentando plano de recuperação sempre que houver atraso relevante ou notificação da fiscalização.

**10.2.14.** Manter a obra devidamente sinalizada, protegida e segura, responsabilizando-se por acidentes decorrentes de ausência de sinalização, escoramentos inadequados ou falhas operacionais.

**10.2.15.** Promover a limpeza permanente da área de execução, removendo entulhos, sobras de materiais e resíduos da construção civil.

**10.2.16.** Realizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 307/2002, normas da ABNT e legislação ambiental vigente, vedado descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, encostas, corpos d'água ou áreas protegidas.

**10.2.17.** Apresentar comprovação documental da destinação dos resíduos mediante Controle de Transporte de Resíduos – CTR e demais exigências técnicas aplicáveis.

**10.2.18.** Submeter previamente à aprovação da fiscalização qualquer alteração de método executivo, solução técnica, material empregado ou modificação de projeto.

**10.2.19.** Realizar, às suas expensas, ensaios, testes, exames laboratoriais e controles tecnológicos exigidos para comprovação da qualidade dos materiais e serviços executados.

**10.2.20.** Providenciar as licenças, autorizações, alvarás, registros e regularizações necessárias junto aos órgãos competentes, inclusive CREA, INSS, concessionárias e órgãos ambientais.

**10.2.21.** Instalar e manter placa de obra e identificação visual conforme exigências do Novo PAC, Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA e Manual de Identidade Visual aplicável.

**10.2.22.** Não permitir trabalho de menores em desacordo com a legislação trabalhista, nem contratar pessoas em situação de impedimento legal.



**10.2.23.** Não contratar, durante a vigência contratual, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente, fiscal ou gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.24.** Manter sigilo sobre informações técnicas, administrativas e estratégicas obtidas em razão da execução contratual, quando cabível.

**10.2.25.** Cumprir integralmente as normas anticorrupção, integridade, transparência e ética pública, abstendo-se de práticas fraudulentas, colusivas, coercitivas, obstrutivas ou corruptas durante toda a contratação.

**10.2.26.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.2.27.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.28.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**10.2.29.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**10.2.30.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.2.31.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

**10.2.32.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

**10.2.33.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**10.2.34.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

**10.2.35.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**10.2.36.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**10.2.37.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.



**10.2.38.** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**10.2.39.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.2.40.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**11.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, caso exigível pela Administração;

**11.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**11.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, quando exigível pela Administração;

**11.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**11.1.5.** Fraudar o certame

**11.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**11.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

**11.1.9.** Deixar de entregar/atender os itens da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) no prazo pactuado;

**11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1.** Advertência;

**11.2.2.** Multa;

**11.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e



**11.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**11.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**11.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**11.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**11.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**11.4.3.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**11.4.4.** Para a infração prevista no item 12.1.9 a multa será de 0,5% por dia calculada sobre o valor dos itens constantes da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) que estão em atraso de entrega pelo particular, limitada a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

**11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





**11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:**

**12.1.** As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

## **13. DOS BENEFÍCIOS APLICÁVEIS A MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**13.1.** Não serão aplicados, no presente procedimento licitatório, os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, em razão de expressa vedação legal constante no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O referido dispositivo estabelece que, nas contratações de obras e serviços de engenharia, o tratamento favorecido previsto para ME e EPP não se aplica quando o valor estimado da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**13.2.** No caso em análise, trata-se de contratação de obra de engenharia destinada à construção de uma creche, cujo valor global estimado supera o limite legal de receita bruta máxima previsto para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, afastando, de forma objetiva e obrigatória, a incidência dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006. Assim, a não adoção da exclusividade, da reserva de cotas e das demais prerrogativas destinadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não decorre de discricionariedade administrativa, mas sim do estrito cumprimento da norma expressamente prevista no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, impondo-se sua observância obrigatória pela Administração Pública.

## **14. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:**

**14.1.** A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se em razão das características do objeto pretendido, considerando que os serviços a serem contratados possuem natureza comum no âmbito da engenharia, não demandando complexidade técnica extraordinária, tampouco vulto econômico que exija a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução.





**14.2.** O objeto licitado pode ser plenamente executado por empresas do ramo que atuem individualmente, sendo amplamente acessível no mercado regional e nacional, circunstância que afasta a necessidade de formação de consórcio como condição para ampliação da competitividade.

**14.3.** Além disso, a admissão de consórcios poderia acarretar aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual, dificultando a apuração individual de responsabilidades técnicas, administrativas e financeiras, especialmente em contratos de execução de obra pública sujeitos a controle rigoroso por parte da Administração Pública e dos órgãos de fiscalização.

**14.4.** Registra-se ainda que a vedação não compromete a competitividade do certame, nem implica restrição indevida à ampla concorrência, uma vez que existe número suficiente de empresas aptas à execução integral do objeto de forma individual, preservando-se, assim, os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **15- DESCARTE DE RESÍDUOS:**

**15.1.** Durante a execução a contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

**15.1.1.** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

**15.1.2.** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**15.1.3.** Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

**15.1.4.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.



## **16- REGIME DE EXECUÇÃO:**

**16.1.** Com fulcro no inciso II do Art. 46 da Lei Federal nº 14.133/21 a obra será executada de forma indireta, sob o regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

## **17- DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

### **17.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

### **17.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos



termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**17.2.1.** Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Agente de Contratação.

### **17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**17.3.1.** Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis pelas seguintes fórmulas:

I- O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$

II- O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$ILG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$

III- O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$

**17.3.2.** Será habilitada a empresa que apresentar:

- Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

**17.3.3.** Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

**17.3.4.** Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

**17.3.5.** CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

**17.3.6.** Comprovação de que a empresa possui capital social ou patrimônio líquido equivalente ou superior a 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor estimado dos respectivos itens propostos pelo licitante, caso sua proposta não compreenda a totalidade de itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.



**17.4.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

### **17.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **17.5.1. Qualificação Técnica Operacional (da empresa)**

I- Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculada, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a Licitante executou a qualquer tempo, ou esteja executando serviços com características semelhantes aos serviços previstos neste Edital. Alternativamente, a licitante comprovará a veracidade do atestado emitido em nome da empresa apresentando a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT registrada junto ao CREA/CAU, conjuntamente com sua respectiva ART assinada pelas partes envolvidas, em nome do profissional que realizou o serviço, independentemente do atual vínculo deste profissional com a licitante;

#### **17.5.2. Qualificação Técnica Profissional (do responsável técnico)**

I- Certidão de Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU/UF (Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal), em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior legalmente habilitados, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, devidamente registrado no CREA/CAU que demonstrem possuir experiência comprovada para execução da obra objeto da presente licitação;

**17.5.2.1.** Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização de serviços deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante, podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Administração Municipal;

**17.5.2.2.** A Comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) CAT(s) e o(s) profissional(is) é(são) vinculado(s) à licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente da sede ou filial onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e a licitante de acordo com a legislação civil comum.





**17.5.3.** Para o consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

**17.5.4.** Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, será considerado como parcela de maior relevância e valor significativo do objeto o(s) seguinte(s) item(ns), com quantitativo correspondente no mínimo a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estipulado na planilha orçamentária:

Execução de obra de edificação em concreto armado destinada a uso educacional, institucional ou comercial, compatível em características, complexidade e porte;

Estrutura de concreto armado em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Cobertura em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Instalações elétricas em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>.

## **17.6. VISTORIA PRÉVIA:**

I- Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas/MG, comprovando a realização de visita prévia ao local de execução da obra, mediante comparecimento de representante legal ou responsável técnico devidamente autorizado; ou Declaração Formal de Pleno Conhecimento das Condições do Local da Obra, subscrita pelo representante legal da empresa ou por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições físicas, estruturais, operacionais, topográficas, ambientais e logísticas da área de intervenção, bem como de todas as dificuldades, peculiaridades e fatores que possam influenciar direta ou indiretamente na execução contratual e na formulação da proposta.

**17.6.1.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**17.6.2.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [licitação@antoniopradoweminas.mg.gov.br](mailto:licitação@antoniopradoweminas.mg.gov.br) ou telefone (32) 98407-7906 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**17.6.3.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **18- GARANTIA DE PROPOSTA:**

**18.1.** Conjuntamente com a apresentação dos documentos de habilitação será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para contratação.

**18.1.1.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**18.1.2.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.





**18.1.3.** Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

**18.1.4.** Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

**18.1.5.** A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.

**18.1.6.** Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG, descrita a seguir: Banco do Brasil S.A. – Agência 2483-X – CC 119501-8.

Antônio Prado de Minas-MG, 13 de maio de 2026.

**LUIZA MARIA CALIAN PEREIRA MACHADO**  
Secretária de Educação

**VÍTOR DE SOUZA**  
Engenheiro Civil



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1- OBJETO:

**1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto identificar, analisar e definir a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública relacionada à execução do empreendimento previsto no Termo de Compromisso Novo PAC nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, firmado entre o Município de Antônio Prado de Minas/MG e a União Federal, com interveniência da Caixa Econômica Federal, mediante contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia.

**1.2.** O estudo busca avaliar as alternativas técnicas e operacionais disponíveis, de modo a selecionar a solução que melhor atenda ao interesse público, observando critérios de eficiência, economicidade, viabilidade técnica, segurança, durabilidade, sustentabilidade e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

### 2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

**2.1.** A contratação de empresa especializada para a realização da obra de construção de CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, conforme especificações constantes nos documentos técnicos e de engenharia em anexo, revela-se necessária, oportuna e imprescindível para atendimento às demandas educacionais do Município de Antônio Prado de Minas, nos exatos termos do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**2.2.** A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica, sendo dever do Município assegurar o acesso universal e igualitário a creches e pré-escolas, especialmente para crianças de 0 a 5 anos, conforme preceitua a Constituição Federal e a legislação educacional vigente. Nesse contexto, a implantação de unidade educacional adequada e estruturada é condição essencial para garantir o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

**2.3.** O Município enfrenta demanda crescente por vagas em creche, decorrente do aumento populacional, da ampliação da participação das famílias no mercado de trabalho e da necessidade de atendimento prioritário a crianças em situação de vulnerabilidade social. A inexistência ou insuficiência de estrutura física adequada compromete o pleno atendimento dessas demandas, gerando filas de espera e restringindo o acesso ao direito fundamental à educação infantil.

**2.4.** A construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, nos moldes padronizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, assegura que a unidade escolar seja implantada com padrões técnicos, arquitetônicos, pedagógicos e de acessibilidade previamente validados, contemplando ambientes adequados para atividades pedagógicas, alimentação, recreação, higiene, administração e apoio, garantindo segurança, conforto e funcionalidade para alunos, profissionais da educação e comunidade escolar. Além disso, o projeto padronizado Tipo 2 atende às normas de segurança, acessibilidade universal, sustentabilidade e eficiência construtiva, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e reduzindo riscos de inadequações técnicas ou operacionais futuras.

**2.5.** A contratação da obra também se mostra necessária para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município no âmbito do Termo de Compromisso Transferegov.br nº



978035/2025/FNDE/CAIXA, sendo indispensável a execução do objeto conforme os prazos, especificações técnicas e condições estabelecidas, sob pena de prejuízos à política pública educacional, bem como riscos de suspensão de repasses, devolução de recursos e responsabilizações administrativas. Ressalte-se que a Administração Municipal não dispõe de estrutura própria, pessoal técnico especializado e meios operacionais suficientes para executar diretamente obra de tal complexidade, sendo a contratação de empresa especializada a única alternativa viável para assegurar a correta execução dos serviços, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos anexos.

**2.6.** Dessa forma, a contratação de empresa para execução da obra de construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2 é indispensável para a ampliação da rede municipal de ensino, para o fortalecimento da política pública de educação infantil, para o atendimento adequado às famílias do Município e para a efetivação do direito fundamental à educação, atendendo plenamente às necessidades institucionais da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG.

**2.7.** Em virtude das características gerais da obra, das condições exigidas para sua execução e da necessidade de mobilização de uma equipe especializada, concluiu-se que a modalidade de execução indireta se apresenta como a mais adequada. Essa opção se justifica pela indisponibilidade de servidores públicos municipais, tanto em número quanto em qualificação técnica necessária, para realizar a execução integral do objeto da obra, o que torna a contratação de empresa especializada imprescindível para o sucesso do empreendimento.

**2.8.** Optou-se, portanto, pela adoção do regime de execução indireta, por meio de empreitada por preço global, tendo em vista que essa modalidade permite a definição prévia, com uma margem de precisão satisfatória, das quantidades dos serviços a serem executados, conforme estabelecido no projeto. Esse modelo oferece maior controle e previsibilidade em relação à execução da obra, assegurando que as condições de execução estejam claramente delineadas e que as entregas sejam realizadas de acordo com os parâmetros definidos.

**2.8.1.** A escolha pelo regime de execução por preço global visa, entre outros aspectos, facilitar as medições e a fiscalização da obra, uma vez que as etapas do processo estarão claramente estabelecidas no contrato. Além disso, essa modalidade proporciona uma programação financeira mais eficiente, pois permite um melhor controle do fluxo de caixa e das despesas ao longo da execução da obra. A adoção do preço global também inibe práticas que possam prejudicar a administração pública municipal, como o uso inadequado de planilhas de custos, e favorece o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos no cronograma, uma vez que o pagamento será condicionado à conclusão das etapas previstas, garantindo que a obra avance conforme o planejamento e em consonância com os interesses da administração pública.

### **3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA:**

**3.1.** O levantamento de mercado realizado para a presente contratação teve por finalidade identificar a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para viabilizar a execução da obra de engenharia destinada à construção de uma creche, observando-se os aspectos técnicos, operacionais, econômicos, administrativos e legais envolvidos na execução do objeto.

**3.2.** Inicialmente, analisou-se a possibilidade de execução direta pela própria Administração Municipal, mediante utilização de estrutura própria, servidores efetivos, maquinário e recursos



operacionais disponíveis no quadro da Prefeitura. Contudo, verificou-se que tal alternativa se mostra inviável, uma vez que a obra demanda elevada complexidade técnica, necessidade de equipe especializada multidisciplinar, responsável técnico habilitado, maquinário pesado específico, controle tecnológico permanente, estrutura operacional robusta e dedicação exclusiva de recursos humanos e materiais, circunstâncias que ultrapassam significativamente a capacidade operacional atualmente disponível no Município. Além disso, a execução direta comprometeria a continuidade de outras atividades essenciais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, especialmente nos setores de obras, infraestrutura e manutenção urbana, gerando prejuízo ao atendimento regular das demais demandas administrativas e da coletividade. Soma-se a isso a necessidade de observância rigorosa das exigências impostas pelo Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, firmado no âmbito do Novo PAC, que exige padrões técnicos específicos, controle de execução, medições, fiscalização e prestação de contas compatíveis com a complexidade da obra.

**3.3.** Também foi analisada a possibilidade de fracionamento da contratação em múltiplos contratos por etapas distintas da obra, como escavação, estruturas de concreto, drenagem, contenções e recomposição urbana. Todavia, tal alternativa se mostrou tecnicamente desaconselhável, uma vez que a fragmentação excessiva comprometeria a integração das etapas executivas, aumentaria significativamente o risco de incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade, paralisações, atrasos de cronograma, dificuldades de fiscalização e elevação dos custos administrativos e operacionais da gestão contratual. A divisão da execução entre múltiplos contratados também ampliaria o risco de prejuízo à responsabilização técnica pela solidez, segurança e funcionalidade final da obra.

**3.4.** Diante disso, a alternativa que se mostra mais vantajosa e eficiente consiste na contratação de empresa especializada mediante regime de execução indireta, por empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** A adoção da execução indireta permite que a Administração transfira a execução material da obra a empresa tecnicamente qualificada, com capacidade operacional, estrutura empresarial, acervo técnico, equipe especializada e responsabilidade integral pela execução dos serviços, mantendo sob responsabilidade do Município a fiscalização, o acompanhamento contratual e o controle da correta aplicação dos recursos públicos. O regime de empreitada por preço global revela-se o mais adequado ao caso concreto em razão da natureza da obra possuir escopo previamente definido, projetos executivos delimitados, quantitativos estimados, planilhas orçamentárias completas e cronograma físico-financeiro estruturado, permitindo a contratação por preço certo e total para execução integral do objeto.

**3.6.** Tal modelo proporciona maior previsibilidade orçamentária, melhor controle financeiro, redução de riscos de aditivos excessivos, responsabilização objetiva da contratada pela integralidade da execução, maior eficiência na fiscalização e maior segurança jurídica para a Administração, especialmente em obras financiadas com recursos federais vinculados ao Novo PAC e submetidas ao acompanhamento da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br.

**3.7.** Assim, sob os aspectos técnico, econômico, operacional e administrativo, conclui-se que a alternativa mais viável, segura e vantajosa para atendimento da necessidade pública consiste na contratação de empresa especializada para execução indireta da obra, sob o regime de empreitada por preço global, assegurando maior eficiência, economicidade, controle da execução e adequada entrega do objeto à coletividade.

#### **4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**





**4.1.** Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, como condição indispensável para a assinatura do instrumento contratual, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente em razão da relevância técnica, estrutural e financeira da obra de construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**4.1.1.** A garantia poderá ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, devendo ser apresentada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e eventual rescisão contratual por inadimplemento contratual imputável à contratada.

**4.1.2.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar integralmente toda a vigência contratual, inclusive prorrogações, aditivos, reequilíbrios e alterações quantitativas e qualitativas que impactem o valor ou o prazo da contratação, mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora, sendo vedada a existência de qualquer período sem cobertura.

**4.1.3.** Será admitida a substituição da apólice de seguro-garantia por ocasião de sua renovação ou aniversário contratual, desde que mantidas integralmente as condições de cobertura, vigência, valores segurados e abrangência das obrigações garantidas, sem qualquer descontinuidade da proteção contratual.

**4.1.4.** Na hipótese de suspensão contratual decorrente de ordem da Administração ou de inadimplemento desta, a contratada ficará temporariamente desobrigada da renovação da garantia ou do endosso da apólice até a emissão formal da ordem de reinício da execução ou a regularização da pendência administrativa.

**4.1.5.** A garantia assegurará, independentemente da modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do objeto contratado e das demais obrigações previstas no instrumento contratual;

II - multas moratórias, compensatórias e punitivas aplicadas pela Administração;

III - prejuízos causados à Administração em razão da má execução, paralisação injustificada, abandono da obra ou descumprimento de obrigações técnicas;

IV - obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e para com o FGTS eventualmente inadimplidas pela contratada, quando couber;

V - reparação de danos decorrentes de vícios construtivos, falhas estruturais e defeitos de execução identificados durante a execução ou dentro do prazo legal de responsabilidade técnica da obra.

**4.1.5.1.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita quando contemplar integralmente todos os eventos previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável, inclusive cobertura para inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e ressarcimento integral ao erário.

**4.1.6.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica indicada pela Administração, sendo devidamente corrigida monetariamente até sua eventual restituição.

**4.1.7.** Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, sendo avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação vigente.

**4.1.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressamente a renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.



**4.1.9.** Em caso de alteração do valor contratual, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, acréscimo quantitativo, prorrogação de prazo ou qualquer modificação que impacte o contrato, a garantia deverá ser obrigatoriamente ajustada ou renovada, observando os mesmos critérios da contratação originária.

**4.1.10.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, para cobertura de qualquer obrigação contratual, a contratada deverá promover sua imediata recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

**4.1.11.** A Administração executará a garantia na forma prevista na legislação aplicável, independentemente de autorização prévia da contratada, sempre que constatado inadimplemento contratual.

**4.1.12.** O garantidor deverá ser formalmente notificado acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual.

**4.1.13.** No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer posteriormente, não constituindo fundamento para negativa de cobertura, observados os prazos prescricionais legais.

**4.1.14.** A extinção da garantia ocorrerá somente após a emissão de termo circunstanciado pela Administração, declarando o integral cumprimento das obrigações contratuais e inexistência de pendências técnicas, administrativas, financeiras ou trabalhistas.

**4.1.15.** A garantia somente será liberada após o recebimento definitivo da obra, aprovação integral das medições, encerramento das obrigações contratuais e inexistência de responsabilidades pendentes, sendo atualizada monetariamente quando prestada em espécie.

**4.1.16.** O garantidor não integrará o processo administrativo instaurado para aplicação de sanções à contratada, não figurando como parte processual.

**4.1.17.** A contratada autoriza expressamente a Administração a promover a retenção, execução ou compensação da garantia sempre que necessário à proteção do interesse público e do patrimônio público.

**4.1.18.** A garantia de execução contratual não substitui nem afasta as responsabilidades técnicas da contratada, tampouco eventual garantia legal da obra, responsabilidade civil, solidez e segurança da construção, previstas no Código Civil, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**4.2.** Constituem obrigações iniciais da contratada, sendo condição indispensável para autorização da primeira medição e do primeiro pagamento:

**I** - efetuar o registro da obra junto ao CREA/MG e apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução;

**II** - promover o cadastro e registro da obra perante o INSS e demais órgãos previdenciários e trabalhistas competentes;

**III** --providenciar a obtenção do Alvará de Execução da obra, quando exigido pela legislação municipal e pelos órgãos competentes;

**IV** - apresentar matrícula CEI/CNO da obra, quando aplicável;

**V** - instalar placa de obra em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse e demais exigências do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA;

**VI** - comprovar a mobilização inicial de canteiro, equipe técnica mínima e equipamentos necessários ao início regular da execução.

**4.3.** A contratada deverá manter profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução da obra durante toda a vigência contratual, com registro regular perante o CREA/MG,



devendo promover a correspondente ART de execução e de eventuais complementações, alterações ou substituições técnicas que se fizerem necessárias, sendo vedada a execução dos serviços sem responsável técnico formalmente designado.

**4.4.** Os licitantes, contratados e contratantes, bem como seus agentes públicos, sócios, acionistas, administradores, representantes e colaboradores, deverão atuar com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, transparência, integridade e ética pública, durante todas as fases da contratação.

**4.4.1.** Declaram possuir pleno conhecimento das disposições constantes na Lei nº 8.429/1992, Lei nº 12.846/2013, Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas de integridade e combate à corrupção.

**4.4.2.** Comprometem-se a não praticar atos que possam configurar fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido, direcionamento licitatório, superfaturamento, ocultação de informações ou qualquer outra conduta lesiva à Administração Pública.

**4.4.3.** Obrigam-se a comunicar imediatamente aos órgãos de controle competentes, inclusive Controladoria, Ministério Público e demais autoridades fiscalizadoras, qualquer irregularidade de que tenham conhecimento no âmbito da execução contratual.

**4.4.4.** A violação das normas anticorrupção e de integridade constitui causa suficiente para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive responsabilização por perdas e danos.

**4.4.5.** Consideram-se práticas vedadas:

- a) corruptas;
- b) fraudulentas;
- c) colusivas;
- d) coercitivas;
- e) obstrutivas.

**4.4.6.** A Administração rejeitará propostas e poderá declarar a inidoneidade ou aplicar as sanções cabíveis sempre que houver comprovação de envolvimento do licitante em práticas ilícitas que comprometam a lisura do certame ou da execução contratual.

**4.4.7.** O Processo Administrativo de Responsabilização – PAR observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, seus regulamentos e demais normas aplicáveis à matéria.

**4.5.** A execução da obra deverá observar integralmente os projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho, disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências constantes do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**4.6.** A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual, com registro ativo perante o CREA/MG ou CAU, quando cabível, bem como promover a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, incluindo eventuais complementações, substituições ou alterações técnicas que se fizerem necessárias.

**4.7.** Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas do projeto e em conformidade com as normas técnicas vigentes, sendo vedada a utilização de materiais reutilizados, recondicionados, inadequados ou que comprometam a segurança, funcionalidade e durabilidade da obra.



- 4.8.** A contratada deverá manter permanentemente atualizado o Diário de Obra, com registros diários de execução, quantitativos realizados, número de trabalhadores mobilizados, equipamentos utilizados, condições climáticas, ocorrências relevantes, orientações da fiscalização, intercorrências técnicas e evolução do cronograma físico-financeiro.
- 4.9.** A execução deverá observar rigoroso controle tecnológico dos materiais e serviços empregados, incluindo ensaios, testes laboratoriais, verificações estruturais e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade e conformidade técnica da obra, correndo tais custos exclusivamente por conta da contratada.
- 4.10.** A contratada deverá manter sinalização adequada, permanente e visível em toda a área de intervenção, adotando todas as medidas de segurança necessárias à proteção de trabalhadores, pedestres, veículos, imóveis vizinhos e demais terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.
- 4.11.** Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC por todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, bem como o cumprimento integral das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho.
- 4.12.** A contratada deverá adotar todas as providências necessárias para evitar danos às redes de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefonia, drenagem, pavimentação e demais infraestruturas existentes na área de intervenção, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados.
- 4.13.** A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, situação superveniente ou fato que possa comprometer a execução regular da obra, indicando as providências corretivas cabíveis.
- 4.14.** O cumprimento do cronograma físico-financeiro será obrigação contratual essencial, devendo a contratada observar rigorosamente os marcos parciais e prazo final de conclusão, sendo obrigatória a apresentação de plano de recuperação sempre que houver atraso relevante ou notificação formal da fiscalização.
- 4.15.** A contratada deverá promover a limpeza permanente da área de execução, removendo entulhos, resíduos, sobras de materiais, escavações excedentes e quaisquer elementos que comprometam a segurança, mobilidade urbana ou adequada execução da obra.
- 4.16.** Os resíduos da construção civil deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 307/2002, normas da ABNT, legislação ambiental vigente e exigências dos órgãos competentes, vedado o descarte irregular em vias públicas, corpos d'água, terrenos baldios ou áreas protegidas.
- 4.17.** A contratada deverá instalar e manter, durante toda a execução da obra, placa de identificação em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo as informações obrigatórias relativas ao objeto, origem dos recursos, valor do repasse, QR Code e demais exigências previstas pela Caixa Econômica Federal e pelo Transferegov.br.
- 4.18.** Qualquer alteração de projeto, metodologia executiva, quantitativos, materiais ou soluções técnicas somente poderá ser realizada mediante justificativa técnica formal, prévia análise da fiscalização e autorização expressa da Administração, sendo vedada qualquer modificação unilateral pela contratada.
- 4.19.** A contratada responderá integralmente pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica e funcionalidade da obra executada, permanecendo responsável pelo prazo legal de garantia, inclusive quanto à correção de vícios construtivos, defeitos estruturais e falhas operacionais posteriormente identificadas.





**4.20.** A execução da obra deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, transparência, integridade e interesse público, sendo vedada qualquer conduta que comprometa a lisura da contratação, a qualidade da execução ou a correta aplicação dos recursos públicos federais e municipais envolvidos.

## **5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO:**

**5.1.** Os estimativos dos quantitativos foram obtidos através do levantamento técnico realizado pelo setor de engenharia do município, de acordo com as normativas técnicas pertinentes e peculiaridades do local para execução do objeto, conforme consta no projeto básico e nos demais documentos de engenharia pertinentes que se encontram em anexo.

## **6- VALOR ESTIMADO:**

**6.1.** O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o art. 23, §1º, III da Lei Federal 14.133/21.

## **7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:**

**7.1.** A presente contratação será realizada por meio da modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, e art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação destinada à execução de obra de engenharia de elevada relevância técnica e expressiva materialidade financeira, cujo objeto consiste na construção de creche.

**7.1.1.** A utilização da concorrência mostra-se obrigatória e juridicamente adequada diante da natureza do objeto, uma vez que se trata de obra de engenharia que demanda ampla competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e observância rigorosa aos princípios da isonomia, julgamento objetivo, eficiência e economicidade. A forma eletrônica, por sua vez, atende ao princípio da modernização dos procedimentos licitatórios, amplia a competitividade do certame, possibilita maior participação de licitantes, fortalece a transparência, reduz custos operacionais e assegura maior rastreabilidade e controle dos atos praticados no procedimento.

**7.1.2.** Além disso, considerando tratar-se de contratação vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, no âmbito do Novo PAC, com utilização de recursos federais, a adoção da forma eletrônica reforça a observância das diretrizes de governança, transparência e controle exigidas pela legislação aplicável e pelos órgãos de fiscalização.

**7.2.** A execução do objeto ocorrerá sob o regime de execução indireta, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, mediante contratação de empresa especializada responsável pela execução integral da obra.

**7.2.1.** A adoção da execução indireta justifica-se pela complexidade técnica da obra, pela necessidade de mobilização de equipe especializada, maquinário específico, responsável técnico habilitado, controle tecnológico permanente e estrutura operacional robusta, circunstâncias que inviabilizam a execução direta pela Administração Municipal com meios próprios.

**7.2.2.** A Prefeitura Municipal não dispõe de estrutura técnica, operacional e de pessoal suficiente para absorver integralmente a execução de obra dessa magnitude sem comprometer a continuidade de outros serviços públicos essenciais. Assim, a contratação de empresa especializada permite maior eficiência na execução, adequada responsabilização técnica, cumprimento dos prazos pactuados com a União e melhor controle da aplicação dos recursos públicos vinculados ao Novo PAC.



**7.2.3.** A Administração permanece responsável pela fiscalização contratual, acompanhamento das medições, controle da execução e verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, preservando o interesse público e a correta execução do objeto.

**7.3.** O regime contratual adotado será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, em razão de a obra possuir escopo definido, projetos executivos previamente elaborados, quantitativos estimados, memorial descritivo consolidado, planilhas orçamentárias estruturadas e cronograma físico-financeiro previamente estabelecido.

**7.3.1.** Nesse regime, a contratação se dá por preço certo e total para a execução integral do objeto, transferindo à contratada a responsabilidade pela completa entrega da obra dentro das condições técnicas previstas no processo licitatório.

**7.3.2.** A adoção da empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade orçamentária, controle financeiro mais eficiente, mitigação de riscos de aditivos excessivos, responsabilização objetiva da contratada e maior segurança jurídica para a Administração, especialmente em contratos financiados com recursos federais e submetidos ao acompanhamento da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br.

## **8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:**

**8.1.** Considerando que o objeto da presente contratação consiste na execução de obra de engenharia destinada à construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC, verifica-se a necessidade indispensável de estrutura técnica adequada para acompanhamento, fiscalização e gestão contratual durante todas as fases de execução da obra.

**8.2.** Trata-se de empreendimento de elevada relevância estrutural, com impacto direto na drenagem urbana, segurança da população, preservação da infraestrutura pública e mitigação de riscos de alagamentos, erosões e danos patrimoniais, exigindo controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços executados, conformidade técnica dos materiais empregados, cumprimento do cronograma físico-financeiro, regularidade documental e observância das exigências legais e contratuais.

**8.3.** A fiscalização deverá ser exercida por servidor ou equipe técnica formalmente designada pela Administração, preferencialmente composta por profissional habilitado na área de engenharia civil ou área correlata, com capacidade técnica compatível com a complexidade do objeto, responsável pela verificação permanente da execução física da obra, conferência das medições, acompanhamento do diário de obra, análise de boletins de medição, controle de prazos, verificação de segurança da obra e fiscalização da observância das normas técnicas aplicáveis.

**8.4.** Além da fiscalização da execução material, mostra-se necessária a atuação de gestor contratual responsável pelo acompanhamento administrativo do contrato, controle de prazos contratuais, análise de pedidos de aditivos, reequilíbrios econômicos, aplicação de penalidades, controle documental, verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, acompanhamento das exigências do Transferegov.br e cumprimento das obrigações vinculadas ao repasse federal.

**8.5.** A fiscalização técnica deverá observar especialmente o atendimento aos projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações estruturais, controle tecnológico dos materiais, estabilidade das estruturas executadas, segurança operacional da obra, adequação da drenagem implantada e plena funcionalidade da obra.

**8.6.** A gestão contratual deverá assegurar a correta alimentação das informações no sistema Transferegov.br, o cumprimento das exigências da Caixa Econômica Federal como mandatária da



União, a observância dos marcos de medição e prestação de contas, bem como a preservação da regularidade do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, evitando riscos de suspensão de repasses, glosas, devolução de recursos ou instauração de Tomada de Contas Especial.

**8.7.** A ausência de fiscalização técnica qualificada e de gestão contratual eficiente pode comprometer significativamente a qualidade da obra, a segurança da execução, a economicidade da contratação e a regularidade da aplicação dos recursos públicos federais, razão pela qual a designação formal de fiscal e gestor do contrato constitui medida obrigatória e essencial à boa execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.8.** Dessa forma, resta plenamente justificada a necessidade técnica de acompanhamento permanente, fiscalização especializada e gestão contratual estruturada, garantindo que a obra seja executada dentro dos padrões de qualidade exigidos, com observância dos prazos pactuados, correta aplicação dos recursos públicos e efetiva entrega do resultado esperado à coletividade.

## **9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES:**

**9.1.** Para a adequada execução do objeto referente à obra de engenharia destinada à construção da creche, não se verifica, neste momento, a necessidade de contratação correlata ou interdependente de natureza distinta, autônoma ou complementar que demande procedimento licitatório específico e apartado para viabilizar a plena execução da presente contratação.

**9.2.** Todos os serviços essenciais, insumos, materiais, equipamentos, mão de obra especializada, controle tecnológico, mobilização de canteiro, sinalização, medidas de segurança, escoramentos, contenções, destinação de resíduos, recomposição das áreas afetadas, licenças operacionais eventualmente exigidas e demais providências indispensáveis à entrega integral da obra encontram-se contemplados no escopo técnico da presente contratação, conforme projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo.

**9.3.** A solução proposta foi estruturada de forma completa e autossuficiente, permitindo a execução integral do objeto por meio de uma única contratação principal, sob regime de empreitada por preço global, evitando fracionamentos indevidos, sobreposição de responsabilidades, aumento de custos administrativos, conflitos de fiscalização e riscos de descontinuidade na execução da obra.

**9.4.** Eventuais serviços acessórios de apoio administrativo interno, fiscalização contratual e acompanhamento técnico pela Administração não se caracterizam como contratações correlatas ou interdependentes para fins licitatórios, por se tratarem de atribuições próprias da gestão pública e da execução regular das competências administrativas do Município.

**9.5.** Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui autonomia técnica e operacional suficiente para atingir integralmente sua finalidade pública, inexistindo necessidade de contratações correlatas ou interdependentes adicionais como condição para sua viabilidade ou funcionalidade.

## **10- REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

### **10.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

## **10.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**10.2.1.** Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Agente de Contratação.





### **10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**10.3.1.** Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis pelas seguintes fórmulas:

I- O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

II- O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

III- O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

**10.3.2.** Será habilitada a empresa que apresentar:

- Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

**10.3.3.** Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

**10.3.4.** Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

**10.3.5.** CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

**10.3.6.** Comprovação de que a empresa possui capital social ou patrimônio líquido equivalente ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor estimado dos respectivos itens propostos pelo licitante, caso sua proposta não compreenda a totalidade de itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

**10.4.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

### **10.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **10.1.5.1. Qualificação Técnica Operacional (da empresa)**

I- Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculada, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;



II- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a Licitante executou a qualquer tempo, ou esteja executando serviços com características semelhantes aos serviços previstos neste Edital. Alternativamente, a licitante comprovará a veracidade do atestado emitido em nome da empresa apresentando a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT registrada junto ao CREA/CAU, conjuntamente com sua respectiva ART assinada pelas partes envolvidas, em nome do profissional que realizou o serviço, independentemente do atual vínculo deste profissional com a licitante;

**10.1.5.2. Qualificação Técnica Profissional (do responsável técnico)**

I- Certidão de Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU/UF (Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal), em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior legalmente habilitados, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, devidamente registrado no CREA/CAU que demonstrem possuir experiência comprovada para execução da obra objeto da presente licitação;

**10.1.5.2.1.** Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização de serviços deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante, podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Administração Municipal;

**10.1.5.2.2.** A Comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) CAT(s) e o(s) profissional(is) é(são) vinculado(s) à licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente da sede ou filial onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e a licitante de acordo com a legislação civil comum.

**10.1.5.3.** Para o consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

**10.1.5.4.** Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, será considerado como parcela de maior relevância e valor significativo do objeto o(s) seguinte(s) item(ns), com quantitativo correspondente no mínimo a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estipulado na planilha orçamentária:

Execução de obra de edificação em concreto armado destinada a uso educacional, institucional ou comercial, compatível em características, complexidade e porte;

Estrutura de concreto armado em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;



Cobertura em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;  
Instalações elétricas em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>.

#### **10.1.6. VISTORIA PRÉVIA:**

I- Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Prefeitura Municipal Antônio Prado de Minas/MG, comprovando a realização de visita prévia ao local de execução da obra, mediante comparecimento de representante legal ou responsável técnico devidamente autorizado; ou Declaração Formal de Pleno Conhecimento das Condições do Local da Obra, subscrita pelo representante legal da empresa ou por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições físicas, estruturais, operacionais, topográficas, ambientais e logísticas da área de intervenção, bem como de todas as dificuldades, peculiaridades e fatores que possam influenciar direta ou indiretamente na execução contratual e na formulação da proposta.

**10.1.6.1.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**10.1.6.2.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [licitação@antoniopradoweminas.mg.gov.br](mailto:licitação@antoniopradoweminas.mg.gov.br) ou telefone (32) 98407-7906 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes

**10.1.6.3.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**10.2.** A exigência dos requisitos de habilitação encontra fundamento direto na necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e solidez econômico-financeira compatíveis com a relevância, complexidade e dimensão da obra de engenharia destinada à construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC. Trata-se de obra de significativa expressão financeira, elevada responsabilidade estrutural e relevante impacto urbano.

**10.2.1.** Nesse contexto, a habilitação econômico-financeira mostra-se indispensável para verificar a capacidade da licitante de suportar os encargos financeiros decorrentes da execução contratual, especialmente diante da necessidade de mobilização inicial de canteiro, aquisição de insumos, manutenção de equipe técnica especializada, maquinário pesado e capacidade de absorção de eventuais oscilações operacionais próprias de contratos de longa duração. A exigência de balanço patrimonial, demonstrações contábeis, índices mínimos de liquidez, solvência e capital social mínimo busca assegurar que a empresa possua estabilidade financeira suficiente para executar integralmente a obra sem risco de paralisação, abandono contratual ou incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

**10.2.2.** No que se refere à qualificação técnica, sua exigência decorre da própria natureza do objeto, que demanda execução especializada, controle tecnológico rigoroso, observância de normas técnicas da ABNT, atuação de profissionais legalmente habilitados e responsabilidade técnica formal perante os conselhos profissionais competentes. A exigência de registro da empresa no CREA/CAU, bem como de atestados de capacidade técnica operacional e Certidões de Acervo Técnico – CAT, visa comprovar que a licitante já executou serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto licitado, reduzindo significativamente o risco de



contratação de empresa sem experiência prática suficiente para execução segura e eficiente da obra.

**10.2.3.** A exigência de qualificação técnica profissional, com comprovação de responsável técnico devidamente habilitado e detentor de acervo técnico compatível, busca garantir que a execução será conduzida por profissional com experiência comprovada em obras semelhantes, assegurando adequada supervisão técnica, responsabilidade pela execução e atendimento aos padrões estruturais exigidos. A possibilidade de substituição somente mediante prévia autorização administrativa e equivalência técnica reforça a segurança da contratação.

**10.2.4.** A delimitação de parcela de maior relevância e valor significativo, correspondente ao item estrutural principal da obra, com exigência de comprovação mínima de 50% do quantitativo previsto, observa o princípio da proporcionalidade e a jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, permitindo aferição objetiva da real capacidade técnica da licitante sem impor restrição indevida à competitividade, mas preservando a segurança da futura execução contratual.

**10.2.5.** Quanto à vistoria prévia ou apresentação de declaração formal de pleno conhecimento do local da obra, sua exigência se justifica pela necessidade de assegurar que os licitantes conheçam efetivamente as condições físicas, topográficas, operacionais, logísticas e ambientais da área de intervenção. A faculdade entre realização da vistoria ou apresentação de declaração preserva a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que impede futuras alegações de desconhecimento como fundamento para reequilíbrios indevidos ou descumprimentos contratuais.

**10.2.6.** Ante o exposto resta demonstrado que, os requisitos de habilitação exigidos não possuem caráter restritivo ou excessivo, mas sim natureza preventiva, técnica e protetiva do interesse público, estando integralmente alinhados aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo plenamente justificados diante da relevância e complexidade da presente contratação.

**10.3.** Na presente licitação haverá inversão das fases, momento em que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os licitantes deverão apresentar concomitantemente os documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório com a respectiva proposta.

**10.3.1** A inversão das fases procedimentais, com a realização da habilitação anteriormente ao julgamento das propostas, encontra fundamento no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo medida plenamente justificável diante das características específicas da presente contratação, cujo objeto consiste na execução de obra de engenharia destinada à construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC. Trata-se de obra de elevada complexidade técnica, expressiva materialidade financeira e significativa responsabilidade estrutural, cuja execução exige capacidade técnica especializada, robusta qualificação econômico-financeira, experiência comprovada em serviços similares, responsável técnico legalmente habilitado e rigoroso atendimento às exigências técnicas e operacionais impostas pela legislação e pelos órgãos repassadores dos recursos federais. Nessa realidade, a realização prévia da fase de habilitação proporciona maior eficiência procedimental e maior segurança jurídica à Administração, permitindo que somente participem da fase competitiva de apresentação de propostas e lances os licitantes efetivamente aptos sob os aspectos técnico, jurídico, fiscal, econômico-financeiro e operacional, evitando a ocorrência de lances artificiais ou inexequíveis formulados por empresas que posteriormente seriam inabilitadas por ausência de capacidade real de execução.





**10.3.2.** A experiência prática demonstra que, em obras de engenharia de maior vulto, a manutenção da sequência ordinária frequentemente conduz à apresentação de propostas por empresas sem qualificação compatível, que ofertam preços excessivamente reduzidos apenas para ocupar posição competitiva no certame, ocasionando posterior inabilitação, necessidade de reabertura de fases, sucessivas convocações de remanescentes, atrasos processuais, insegurança procedimental e risco de comprometimento do cronograma de execução da obra.

**10.3.3.** A habilitação antecedente permite afastar previamente tais distorções, preservando o julgamento objetivo, a competitividade qualificada e a seleção de propostas efetivamente exequíveis, reduzindo significativamente o risco de paralisações futuras, abandono contratual, pedidos excessivos de reequilíbrio econômico-financeiro, inadimplementos contratuais e prejuízos à execução do objeto.

**10.3.4.** Além disso, considerando que a contratação está vinculada a repasse federal no âmbito do Novo PAC, com cronogramas de execução, medições e prestação de contas submetidos ao controle da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br, a celeridade e a segurança na definição da empresa efetivamente apta à contratação assumem relevância ainda maior, sendo indispensável evitar atrasos decorrentes de sucessivas inabilitações após o julgamento.

## **11- REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO:**

**11.1.** Conjuntamente com a apresentação dos documentos de habilitação será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para contratação.

**11.1.1.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.1.2.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**11.1.3.** Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

**11.1.4.** Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

**11.1.5.** A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.

**11.1.6.** Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG, descrita a seguir: Banco do Brasil S.A. – Agência 2483 – X, Conta Corrente n.º 119501-8.

## **12- CONCLUSÃO:**

**12.1.** Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.



Antônio Prado de Minas/MG, 08 de maio de 2026

**LUIZA MARIA CALIAN PEREIRA MACHADO**  
Secretária de Educação

**VÍTOR DE SOUZA**  
Engenheiro Civil



# **EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA N.º 001/2026 (FORMA ELETRÔNICA)

<b>FORMA DE JULGAMENTO:</b>	MENOR PREÇO GLOBAL
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b>	ATÉ ÀS 08h 59min DO DIA <b>16/06/2026</b>
<b>ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS:</b>	ÀS <b>09h</b> DO DIA <b>16/06/2026</b>
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b>	Imediatamente após a classificação das propostas de preços
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	ABERTO E FECHADO
<b>REGIME DE EXECUÇÃO:</b>	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
<b>LICITAÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:</b>	NÃO
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b>	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
<b>LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:</b>	Portal: LICITANET <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>
<b>ORÇAMENTO:</b>	O orçamento NÃO será sigiloso
<b>PRAZO DO LICITANTE PARA A ASSINATURA DO CONTRATO</b> * A contar da intimação	05 dias úteis
<b>PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO</b> * A contar do recebimento da Autorização de Fornecimento:	Conforme Minuta de Contrato
<b>INTERVALO MÍNIMO DE LANCE:</b>	R\$ 100,00 (cem reais)
<b>CASAS DECIMAIS</b>	Duas casas após a vírgula (ex: R\$100,00)
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO (PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL)</b>	<b>R\$ 3.</b>
<b>HAVERÁ INVERSÃO DAS FASES DE JULGAMENTO DE PROPOSTA EM RELAÇÃO À HABILITAÇÃO</b>	NÃO
<b>INTIMAÇÕES/COMUNICAÇÕES:</b>	As intimações dos atos relativos ao presente processo licitatório, inclusive decorrente do futuro contrato administrativo (ou equivalente), serão feitas através de publicação no site: <a href="http://www.antoniopradoweminas.mg.gov.br">www.antoniopradoweminas.mg.gov.br</a> . ou via e-mail.
Visita Técnica Facultativa	As visitas técnicas são facultativas e poderão ser realizadas em dias úteis a partir da data da publicação deste edital até três dias úteis anteriores à data determinada para realização da sessão pública. A realização da visita técnica precisa ser agendada previamente através do e-mail: <a href="mailto:licitacao@antoniopradoweminas.mg.gov.br">licitacao@antoniopradoweminas.mg.gov.br</a> . <u>Não</u>



	serão realizadas visitas técnicas coletivas. Para realização da visita técnica os interessados deverão apresentar documento de identificação e termo de procuração da pessoa jurídica, para este fim específico.
<b>Obs.1:</b> As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites <a href="https://www.antoniopradodeminas.mg.gov.br">https://www.antoniopradodeminas.mg.gov.br</a> , e <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> , quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.	
<b>Obs.2:</b> Caso o licitante informe na plataforma nos campos “marca” e “modelo” informação que modifique o conteúdo do campo “descrição”, “unidade” e “quantidade” prevalecerão estas (“descrição”, “unidade” e “quantidade”) em detrimento daquela(s) (“marca” e “modelo”). Por conseguinte, será tacitamente compreendido pela Administração que a proposta atende completamente os termos do edital – <i>não podendo o licitante alegar tais questões na fase de execução do contrato.</i>	
<b>Obs.3:</b> Nos casos em que a MARCA/MODELO/FABRICANTE forem da própria licitante, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA”, ou “MODELO PRÓPRIO”, ou “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.	

**O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público, localizado na rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66, Centro – CEP: 36850-000, inscrito no CNPJ sob nº 17.947.631/0001-15, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº. 018/2025, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital informado acima no preâmbulo.

Aplicam no presente certame as normas: Decreto Municipal nº 065/2023; Lei Municipal nº 918/2023; Portaria Municipal nº 018/2025.

## 1 - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC, conforme previsto nos instrumentos de planejamento e na planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e de cálculo, projetos e/ou plantas, ETP, Termo de Referência e Anexos que integram o edital.





1.2. O licitante deverá cotar todos os itens constantes da Planilha Orçamentária, responsabilizando-se pela análise de todo o Projeto Básico.

## **2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

2.1 Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma mencionada no preâmbulo e que não possuam impedimentos de participar de licitação e/ou contratar com o Poder Público.

2.2 Não poderão participar da licitação os interessados que se enquadrarem em qualquer caso de proibição na legislação vigente e neste edital, especialmente, em uma ou mais das situações a seguir:

2.2.1. Que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas: *i. inidôneas* com punição de proibição de contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal; *ii. pena de impedimento* de participação de licitação e/ou impedimento de contratar com este Município licitador enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;

2.2.2. os mencionados no artigo 14 da Lei n.º 14.133/21 ou com impedimentos constantes de legislação extravagante;

2.2.3. as pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.3.1 - NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que a obra não é de grande porte; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão da obra, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente concorrência.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na plataforma de julgamento e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou até impedimento pela plataforma em participar da licitação.

## **3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Sem prejuízo da obrigação de marcação em campo próprio da plataforma eletrônica, a



proposta comercial apresentada será tacitamente considerada declarada que:

3.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, ou equiparada, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 A ausência de marcação em campo específico da plataforma eletrônica terá o condão de excluir o licitante de aplicação do tratamento diferenciado de que trata a LC 123/06.

3.6 A falsidade da declaração no tocante ao enquadramento (ME/EPP ou equiparada) sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções criminais.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Está vedada a utilização de “robôs” no presente processo eletrônico por comprometer a isonomia entre os participantes, nos termos do Acórdão n.º 1.647/2010-TCU-Plenário.

3.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**3.12 No momento da apresentação da proposta será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para contratação, referente aos respectivos itens cotados pelo proponente.**

3.12.1. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante



registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

3.13. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. Devendo o licitante formalizar o pedido no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

3.14. Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

3.15. Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

3.16. A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.

3.17. Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada no Banco do Brasil S.A., Conta Corrente Agência 2483 – X, Conta Corrente n.º 119501-8, em nome da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas/MG.

3.18. A apresentação da garantia deverá ser postada na plataforma eletrônica no momento de apresentação da proposta comercial.

3.19. Não serão consideradas as garantias de propostas eventualmente postadas em conjunto com os documentos de habilitação, tendo em vista que o acesso a estes documentos é realizado apenas em momento posterior ao julgamento das propostas.

#### **4 -DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

4.1 A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar n.º 123/06, está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.

4.1.1 Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.

4.1.2 Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

4.1.3 Ao firmar a declaração constante na plataforma para o enquadramento para obtenção dos benefícios em questão, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas na Lei n.º 14.133/21, independentemente de transcrição, bem como, adesão aos termos do Anexo II deste Edital.

4.2 Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar n.º 123/06, o Microempreendedor Individual-MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.



## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA (ELETRÔNICA E DIGITADA):

5.1 A Proposta de preços (digitada) e os documentos que compõem a proposta deverão ser inseridos juntamente com os documentos de habilitação, via sistema (até o dia e horário definido no “quadro resumo” deste edital) devendo constar:

- a) Planilha orçamentária detalhada, contendo discriminação dos materiais e serviços a serem executados, com preços unitários, parciais e totais, obedecida a ordem sequencial dos itens apresentada no Projeto Básico;
- b) Planilha orçamentária discriminativa do percentual de encargos sociais, bonificação e despesas indiretas (BDI) utilizados.
- c) Cronograma físico financeiro, de acordo com as informações constantes no cronograma anexo deste edital, devendo observar: o prazo total da etapa da obra, as etapas de medição e os respectivos percentuais de desembolso.

OBSERVAÇÃO: Após o julgamento, fase de lances (caso ocorra) a empresa vencedora deverá REELABORAR e apresentar à administração, por meio eletrônico no prazo mínimo de 02 (duas) horas, máximo 02 (dois) dias úteis, a proposta de preços e os documentos solicitados no item 5.1 letras “a”, “b” e “c”, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora;

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, sendo que sua omissão na proposta será considerada tacitamente escrito tal prazo (60 dias).

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle, bem como, diante da própria Administração.

5.10. É obrigatório o preenchimento de todos os itens constantes da Planilha Orçamentária.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.





6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio *chat* para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes, ressaltando, que a identificação antes do momento oportuno tem condão para sua exclusão/declassificação da licitação.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.6.1. O intervalo mínimo de lances corresponde ao informado no preâmbulo.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou por erro de digitação, cabendo ao Agente de contratação autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa mencionado no preâmbulo (aberto e fechado) onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze minutos) e, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances (tempo randômico), que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas que possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá (faculdade) admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



6.11.5.1. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Uma vez encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP (ou equiparadas), que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, ou, abaixo do maior desconto percentual, conforme o caso, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4.1. A proposta adequada de que trata o subitem anterior compreende a apresentação de proposta conforme modelo do Anexo I, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, não podendo os valores unitários e constantes das mesmas, exceder os limites previstos no item 6.22.6 deste edital.

6.20.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 6.22. Da Fase de Julgamento:

6.22.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.22.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação, haja vista os atributos de presunção de veracidade e validade que gozam os atos administrativos.

6.22.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido no edital – sem prejuízos de proceder diligências que entender pertinente.

6.22.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.22.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.22.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.22.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.22.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.22.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.22.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.22.5.6. No caso de obras e serviços de engenharia, caso do presente processo, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.22.5.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.22.5.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.22.6. Que apresentem preços, após a etapa competitiva, superiores ao orçado pela Administração (vide preço orçado no preâmbulo do Edital).

6.22.7. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.).

6.22.8. O Agente de Contratação não levará em conta propostas para execução parcial dos serviços, nem propostas que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que tiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço;

6.22.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.10. Em se tratando de serviços de engenharia e obras, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como, com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os





respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.22.11. A proposta vencedora ajustada após a fase de lances observará a mesma linearidade percentual nos itens e subitens em relação a proposta escrita inicial.

6.22.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.22.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.22.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.22.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

7.1 Os documentos de habilitação compreendem obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da proponente, a documentação abaixo discriminada a serem inseridas em campo próprio da plataforma de julgamento, vinculada ao processo, mencionada no preâmbulo. As certidões que não tiverem especificado os prazos de validade serão aceitas com 60 (sessenta) dias a partir da data de expedição, obedecido os seguintes procedimentos:

a) Logo após a etapa de finalização dos lances ofertados, encerramento das negociações de um melhor valor e finalização do prazo de recurso relativo as propostas, o Agente de Contratação solicitará do licitante vencedor que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, máximo 02 (dois) dias úteis, envie todos os documentos de habilitação;

b) O Agente de Contratação poderá prorrogar, uma única vez, o prazo estabelecido no subitem anterior, com o objetivo de sanar alguma ocorrência procedimental, devidamente justificada, inclusive solicitar documentação complementar, caso entenda necessário, observando-se o princípio da razoabilidade;

c) O licitante vencedor que não apresentar toda a documentação de habilitação dentro do prazo estabelecido pelo Agente de Contratação, será inabilitado. O Agente de Contratação então negociará com o próximo licitante melhor colocado no certame, os itens pendentes;

### **7.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

I - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



IV - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

#### **7.1.2.REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E DECLARAÇÃO MENOR:**

I - Prova de regularidade para com a **FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - Prova de regularidade para com a **FAZENDA ESTADUAL** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

III - Prova de regularidade para com a **FAZENDA MUNICIPAL** do domicílio ou sede do licitante;

IV - Certidão de Regularidade perante o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO** - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

V - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

VI - **Declaração** que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, podendo ser considera aquela firmada eletronicamente através da plataforma.

#### **7.1.3.DAS QUALIFICAÇÕES:**

##### **7.1.3.1.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**Motivação:** Com vistas a proteção do Ente promotor da licitação na busca pela proposta que mais vantajosa para Administração, necessário que a empresa/profissional técnico esteja registrada no órgão de classe, bem como, afira-se a capacidade técnica profissional e da licitante em objeto similar ao presente, sendo este o parâmetro e motivação para a exigência seguinte:



7.1.3.1.1. Prova de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no qual conste os seus responsáveis técnicos, da região a que estiver vinculada;

**7.1.3.1.2.** Atestado(s) de Capacidade Técnico-**PROFISSIONAL** comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, em nome de profissional(is) de nível superior ou outros devidamente reconhecidos pela entidade competente, que tenha(m) vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para a entrega da proposta e que conste(m) na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável(is) técnico(s) da licitante. Tal(is) atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo: **CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE.**

Observações IMPORTANTES quanto ao(s) atestado(s) e itens de maior relevância:

a) Solicita-se, que na apresentação dos atestados, grife ou destaque os itens de maior relevância. Esta solicitação facilita a verificação por parte da equipe técnica do Município, e da celeridade ao processo.

b) No que diz respeito a “serviços compatíveis ou características semelhantes” a empresa deverá observar a especificação técnica na qual os serviços realizados e materiais empregados respeitam as normas técnicas dos itens de maior relevância.

a) A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita quando da assinatura do contrato, mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

I. No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;

II. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;

III. No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços ou ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da licitante;

IV. Outros documentos hábeis à comprovação do vínculo profissional.

b) Os profissionais cujos vínculos foram comprovados por pelo menos um dos documentos acima elencados, serão considerados **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS** pela execução da obra/serviço, objeto desta Licitação/contratação.

c) Os profissionais indicados e comprovados pelo licitante, através dos atestados acima, deverão participar da execução do objeto desta licitação, podendo o Município admitir a sua substituição



por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, caso demonstrada a superveniência do fato;

7.1.3.1.3. Atestado de Capacidade Técnico-**OPERACIONAL** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológica e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome do profissional, mas que conste a licitante como executora do serviço. O(s) atestado(s) deverão estar acompanhando(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT (CAT/CAT-A) emitida(s) pelo CREA ou CAU, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade à comprovação da execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

\* Mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos elencados na planilha orçamentária (integrante do projeto básico), dos seguintes serviços:

Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, será considerado como parcela de maior relevância e valor significativo do objeto o(s) seguinte(s) item(ns), com quantitativo correspondente no mínimo a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estipulado na planilha orçamentária:

Execução de obra de edificação em concreto armado destinada a uso educacional, institucional ou comercial, compatível em características, complexidade e porte;

Estrutura de concreto armado em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Cobertura em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Instalações elétricas em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>.

a) Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra;

b) Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante;

c) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, o quantitativo mínimo exigido para cada parcela de maior relevância poderá constar em mais de 01 (um) atestado, sendo admitido o somatório de quantidades, desde que coincidente o período de execução das obras;

d) Nos atestados em que o licitante conste como consorciado, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, o atestado não será considerado;

7.1.3.1.4. Declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar o nome e a qualificação do responsável técnico pela execução e acompanhamento da obra, assinada pelo profissional e pelo representante legal da licitante (Anexo XIV).

7.1.3.1.5. Atestado de Visita Técnica ou declaração subscrita pelo representante legal de que conhece o local da obra, os projetos e todas as suas características, nada podendo reclamar a esse título.

## **7.1.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

7.1.3.2.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo FORO de domicílio da proponente, dentro do prazo de validade previsto na mesma, referente à data de abertura desta licitação, admitindo-se certidões digitais.





7.1.3.2.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

Obs.: O documento referido acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A):

- ✓ registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- ✓ publicados em Diário Oficial; e
- ✓ publicados em jornal de grande circulação; ou
- ✓ por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.2.) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

- ✓ por fotocópia do livro Diário, (Balanço e das Demonstrações Contábeis) inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- ✓ Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital - SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2016

a.3.) Sociedade criada no exercício em curso:

- por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por DOCUMENTO/DECLARAÇÃO assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:  $ILC = \frac{AC}{PC}$

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC}{ARLP}$$

PC = Passivo Circulante

Onde: AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante



ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

b.1) Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

b.2) As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

b.3) Se necessária à atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

7.1.3.2.3 - JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices financeiros indicados neste edital são usuais de mercado e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.

7.3. A apresentação da proposta será tacitamente considerado declarado que “o licitante atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021)”, podendo ainda, ser considerada aquela firmada eletronicamente através da plataforma.

7.4. A apresentação da proposta será tacitamente considerado declarado que “suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”.

7.5. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.5.1. A apresentação da proposta será considerado tacitamente declarado que o licitante “conhece o local e as condições de realização do serviço”.

7.5.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Secretaria Municipal de Obras, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.5.3. Cada empresa interessada poderá participar da visita com, no máximo, 02 (dois) representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou representantes necessariamente por ela credenciados, em horários distintos, nunca juntos, designados pela administração.

7.6. Poderá ocorrer a verificação, pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a qual constitui meio legal de prova, bem como, no cadastro de fornecedores junto a Plataforma de Julgamento, para fins de habilitação.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação na plataforma, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **8. DOS RECURSOS:**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **exclusivamente** por forma eletrônica, através da plataforma de julgamento informada no preâmbulo.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar e

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.2. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **11. DA GARANTIA:**

11.1 – A licitante adjudicatária prestará ao Município garantia para execução da obra no valor correspondente a 5% do valor contratado. A critério da licitante, pode ser prestada garantia em uma das modalidades previstas nos incisos do §1º, do art. 96, da Lei nº 14.133/21. A garantia





somente será exigida para assinatura do contrato, na data determinada pelo Município. Caso a licitante não preste a garantia ou a faça através de título da dívida pública em desacordo com o que determina o dispositivo legal indicado, decairá do direito à contratação.

11.2 – Havendo acréscimo ou supressão da obra, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

11.3 - O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133/21.

11.4 - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

12.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.9. É facultada ao Agente de contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.



12.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12. O licitante vencedor deverá assinar os contratos ou os instrumentos equivalentes no prazo máximo estabelecido no preâmbulo.

12.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

12.13. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Eugenópolis/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

### **13 - DOS ANEXOS:**

#### **13.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:**

Anexo I – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo II – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;

Anexo III – Modelo de Declarações Diversas;

Anexo IV - Minuta de Contrato;

Anexo V – Termo de Referência;

Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

Anexo VII – Planilha Orçamentária;

Anexo VIII – Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo IX – Memorial Descritivo;

Anexo X – Quadro de Composição do BDI;

Anexo XI - Atestado de Visita (fornecido pela prefeitura no dia da visita);

Anexo XII – Declaração de Responsabilidade Técnica;

Anexo XIII – Modelo de Declaração Para Dispensa de Visita Técnica.

### **14- DO FORO:**

**14.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Eugenópolis-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Antônio Prado de Minas, 25 de maio de 2026.

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2", conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR N° 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC, ETP, Termo de Referência e Anexos que integram este edital.

01 – Razão Social da Proponente		
02 - CNPJ/MF n.º:		03 - Inscrição Estadual n.º:
04 - Endereço:		
05 - Bairro:	Cidade/UF	CEP
06 – Fone:	Fax:	E-mail
07 – Nome para contato		
08 - Condições de pagamento: conforme edital		
09 - Valor total da proposta: R\$ (...) Expresso em algarismo e por extenso (Observado os limites máximos dos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e os preços unitários constantes na planilha de preços anexa.)		
10 - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a partir da apresentação (data limite para de abertura da sessão).		11 - Prazo para entrega: conforme edital
12 - Prazo de garantia: 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo.		
13- Conta corrente n.º:	14- Nome e número do banco	15- Nome e número da Agência



16. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no edital da licitação deflagrada pela Prefeitura Municipal de ....., modalidade Concorrência nº ...../2026, Processo Licitatório o nº ...../2026, tipo menor preço, forma de execução indireta. Verificamos todas as especificações contidas no edital e demais peças que compõem o processo, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele façam parte. Estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.

17. Declaramos, em caráter irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, que a data base para reajuste/revisão dos preços propostos é a data da apresentação da proposta, em detrimento de qualquer outra.

17.1 – Declaramos também, que ocorrendo correção dos preços através de reequilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/93, do reajuste porventura concedido será compensado o percentual concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

18 – Esta proposta é composta das informações contidas nesta folha, planilha de custos apresentada nos moldes daquela consignada no projeto básico, planilha de demonstração do BDI, e planilha demonstrativa de custos unitários.

(Localidade/UF), (...) de (...) de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa  
Carimbo padronizado do CNPJ





PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP (Lei Federal n.º 14.133/2021)

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2", conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR N.º 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC, ETP, Termo de Referência e Anexos que integram este edital.

## DECLARAÇÃO

A empresa (nome completo) \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo) inscrita no CNPJ sob  
n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF, nacionalidade,  
estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

- a) que em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, ter receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte);
- b) que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006.
- c) que no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

## NOME E ASSINATURA

Representante Legal da Licitante



PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS (Lei Federal n.º 14.133/2021)

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2", conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR N.º 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC, ETP, Termo de Referência e Anexos que integram este edital.

### DECLARAÇÕES

A empresa (nome completo) \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo) inscrita no CNPJ sob  
n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF,  
nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Que não possui em seu quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal c/c art. 68, inciso VI da Lei n.º 14.133, de 2021;

c) Que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991 c/c art. 63, inciso IV da Lei n.º 14.1333, de 2021;



- d) Que atende aos requisitos de habilitação, e que atesta e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) Que não foi declarada inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas;
- h) Que não enquadra em nenhuma das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- I) Que estar ciente de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui o crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei n.º 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

NOME E ASSINATURA  
Representante Legal da Licitante



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS E A EMPRESA .....

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 17.947.631/0001-15, estabelecida no estado de Minas Gerais, na cidade de Antônio Prado de Minas, à Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, nº 66, Centro, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, o Senhor Ferdinando Calian Pereira, portador do CPF de nº 043.252.006-65, brasileiro, casado, agente político, residente em Antônio Prado de Minas, à Rua José Lopes de Barros, nº. 22, Centro;

**CONTRATADO(A):** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na ....., em doravante designado contratado/fornecedor.

Resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente/vinculado ao Processo Administrativo n.º 024/2026, Concorrência Eletrônica n.º 001/2026, com fundamento na Lei n.º 14.133/21, proposta ofertada no bojo do citado processo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC, ETP, Termo de Referência e Anexos que integram este edital.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Projeto Básico que embasou a contratação;

1.3.2. Estudo Técnico Preliminar;

1.3.3. Termo de Referência;

1.3.4. O Edital e Anexos da Licitação;

1.3.5. A Proposta, do Contratado;





- 1.3.6. Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e de Cálculo;
- 1.3.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados e demais documentos integrantes do processo.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

- 2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma e nos limites da legislação aplicável.
- 2.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma individualizada, mediante emissão de ordem de serviço ou documento equivalente, que fixará os prazos específicos para início, execução e conclusão de cada demanda, os quais prevalecerão para fins de cumprimento das obrigações assumidas.
- 2.3. O contrato permanecerá vigente para fins de novas requisições enquanto vigente o prazo estabelecido no item 2.1, sem prejuízo de que os prazos das ordens de serviço emitidas se estendam até o efetivo cumprimento das obrigações nelas fixadas, desde que dentro do limite legal aplicável.
- 2.4. O prazo de execução do objeto poderá observar o cronograma físico-financeiro ou cronograma de execução apresentado e aprovado pela Administração, o qual definirá as etapas, marcos e datas de conclusão dos serviços. Nessa hipótese, cada execução terá prazo próprio, vinculado ao respectivo cronograma específico.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):**

- 3.1. O regime de execução contratual é a empreitada por preço global, estipulada no preâmbulo deste Instrumento.
- 3.2. A Gestão do presente contrato ficará ao encargo do Secretário Municipal responsável pela demanda.
- 3.3. O Fiscal do presente contrato ficará ao encargo do engenheiro Vitor de Souza.
- 3.4. Sem prejuízo do disciplinado nos artigos 140 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, o recebimento provisório da obra ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias do comunicado de encerramento pelo contrato.
- 3.5. Sem prejuízo do disciplinado nos artigos 140 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, o recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias da ocorrência do recebimento provisório.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI):**

- 5.1. O valor global da contratação é de **R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, conforme a medição realizada e aprovada, com base no cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, acompanhada da Nota Fiscal emitida em nome do Município de Antônio Prado de Minas/MG, devidamente atestada pela Fiscalização do contratante e desde que aprovadas pela fiscalização e devidamente analisada.

**5.4.** Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do boletim de medição aprovado pela fiscalização.

**5.5. A empresa vencedora deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.**

**5.6.** As medições devem ser acompanhadas de cronograma físico-financeiro, devidamente atualizado, devendo ser encaminhadas para o Fiscal designado para acompanhamento da obra. As medições somente serão analisadas quando atingirem 100% da etapa, de acordo com o cronograma da empresa, devendo apresentar carimbo e assinatura do responsável técnico da empresa. Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do boletim de medição aprovado pela fiscalização. A medição dos serviços será composta dos seguintes documentos: Folha de identificação com os dados do contrato; Ficha de medição; Memória de cálculo; Folha de medição; Registro fotográfico dos serviços executados, diário de obras atualizado.

**5.7.** O pagamento será efetuado, mediante apresentação de Nota Fiscal, à qual o Secretário requisitante aporará seu visto, solicitando sua regular quitação, acompanhada de relatório de medição e memória de cálculo, assinada pelo RT da Contratada, e aprovada pela Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais.

**5.8.** O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município, mediante depósito bancário ou TED em nome da futura contratada, devidamente empenhada e acompanhada da medição devidamente aprovada pela fiscalização e pela Secretaria Municipal de Obras.

**5.9.** O pagamento à empresa será efetuado de acordo com a medição atestada pela fiscalização do município, conforme cronograma físico financeiro, mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços e documentos (ART (RR), CEI, GFIPE, INSS e FGTS);

**5.9.1.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**5.10.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente da liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias ao fornecimento do produto do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos etc.

**5.11.** O pagamento está condicionado à apresentação de:

**5.11.1.** Prova de matrícula no Cadastro Específico do INSS;

**5.11.2.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal;



5.11.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa. Parágrafo segundo: A última parcela só será paga mediante execução integral da obra, comprovada por relatório, assinado pelo Responsável Técnico pela fiscalização da obra.

5.12. Ao MUNICÍPIO fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega de cada parcela da obra, esta não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas no cronograma físico-financeiro aprovado, atestado pelo Engenheiro Municipal que firmará laudo neste sentido.

5.13 – No interesse do Município, o objeto deste contrato poderá ser suprimido ou aumentado, obedecidos os limites da Lei 14.133/21.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V):**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.1.1. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado e, na forma do art. 25, § 7º da Lei n.º 14.133/21, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;



7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, inclusive o Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto.





8.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.20. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.1.21. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.



- 8.1.22. Atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62) e outras normas aplicáveis, no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 8.1.23. Responsabilizar-se pela limpeza e preparo das áreas, com emprego de todo maquinário necessário e suficiente e ainda fazendo a remoção do entulho resultante desta limpeza.
- 8.1.24. Iniciar a obra somente após a emissão da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais e com a entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução pertinente aos serviços contratados.
- 8.1.25. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual e coletivo, além de fiscalizar o cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 8.1.26. Registrados no diário de obra, todos os serviços realizados, devendo o mesmo ser assinado pelo responsável técnico e pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas/MG.
- 8.1.27. Responsabilizar-se pela destinação correta dos resíduos gerados no decorrer da obra, além de atender a legislação ambiental vigente para o local. A contratada deverá apresentar na conclusão da obra o “as built” (como construído) dos projetos, devidamente assinada pelo responsável técnico da contratada. A contratada será responsável pela vigilância no local de execução da obra.
- 8.1.28. Não ceder ou subcontratar total ou parcialmente os serviços objeto deste Termo, sem prévia autorização, por escrito, da Secretaria de Obras, Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais. Caso concedida a solicitação, a subcontratada será obrigada a obedecer aos termos aqui explicitados, não terá o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie, e, deverá apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e previdenciária.
- 8.1.29. Cumprir todas as disposições e acordos coletivos relativos a legislação social e trabalhista em vigor.
- 8.1.30. Prestar os serviços de forma ininterrupta em dias úteis pela contratada.
- 8.1.30.1. Caso seja necessário a execução dos serviços no horário noturno ou em feriados e finais de semana, a contratada deverá solicitar previamente autorização da Secretaria de Obras.
- 8.1.31. Executar os serviços de modo a evitar prejuízos, danos ou perdas em benfeitorias existentes, serviços, propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza.
- 8.1.32. Reparar, substituir ou restaurar qualquer propriedade que for prejudicada ou julgada danificada ou perdida, de maneira a readquirir condição tão boa quanto a anterior, devendo executar reparos de quaisquer elementos danificados conforme determinações da contratante.
- 8.1.33. Responsabilizar-se pelo armazenamento dos materiais fornecidos, assim como seu controle e guarda.
- 8.1.34. Tomar o devido cuidado em localizar quaisquer construções, obras ou serviços que possam afetar por suas operações.
- 8.1.35. Efetuar a entrega do bem em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria requisitante;
- 8.1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12,13, 18 e 26, do Código de Defesa do consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 8.1.37. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria requisitante, inerentes ao objeto do presente Contrato; Comunicar à Secretaria requisitante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação;



- 8.1.38. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 8.1.39. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 8.1.40. Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, que deverão ser realizados de acordo com o estabelecido neste instrumento, e na proposta apresentada; zelar pela integridade das obras durante a execução dos serviços;
- 8.1.41. Arcar com qualquer prejuízo causado à Secretaria de Obras ou a terceiros por seus empregados ou prepostos, no cumprimento e execução dos serviços, resultantes em indenização à Secretaria Municipal;
- 8.1.42. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;
- 8.1.43. Permitir o acompanhamento da prestação do serviço do serviço por servidor designado pelo CONTRATANTE;
- 8.1.44. Garantir os serviços executados conforme previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro, contado a partir do recebimento das obras pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras designada para o acompanhamento, bem como decisões pertinentes à estrutura do contrato e particularidades da praça.
- 8.1.45. Raparar durante o prazo de garantia, quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o Contratante.

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO (art. 92, XII e XIII):**

- 9.1. A licitante adjudicatária prestará ao Município garantia para execução da obra no valor correspondente a 5% do valor contratado. A critério da licitante, pode ser prestada garantia em uma das modalidades previstas nos incisos do §1º, do art. 96, da Lei nº 14.133/21. A garantia somente será exigida para assinatura do contrato, na data determinada pelo Município. Caso a licitante não preste a garantia ou a faça através de título da dívida pública em desacordo com o que determina o dispositivo legal indicado, decairá do direito à contratação.
- 9.2 – Havendo acréscimo ou supressão da obra, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.
- 9.3 - O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133/21.
- 9.4 - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 9.5. A empresa contratada deverá garantir pelo período mínimo de 05 (cinco) anos pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.



## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):**

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) abaixo discriminadas:

02.02.04 12 365 0013 1021 449051 fonte 1569

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:**

12.1 – O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à penalidade de multa, a ser recolhida, conforme o caso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação do ato, após regular procedimento administrativo em que seja garantida à CONTRATADA oportunidade de ampla defesa e exercício do contraditório, observados os seguintes critérios:

12.1.1 – O atraso injustificado no início da obra ensejará aplicação de multa moratória diária de 0,1% (um décimo por cento), limitado a 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato;





12.1.2 – O atraso injustificado na conclusão da obra ensejará aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação em atraso;

12.1.3 – O atraso injustificado no andamento da obra ensejará a aplicação de multa moratória diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 30% (doze por cento), sobre o valor da parcela em atraso, por dia de excesso que, eventualmente, venha a ocorrer em cada um dos prazos parciais estabelecidos no Cronograma Físico financeiro apresentado pela CONTRATADA;

12.2 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa em regular procedimento administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 – Advertência;

12.2.2 – Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado, a ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação do ato;

12.2.3 – Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação, pelo não cumprimento de obrigação acessória constante deste Contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação do ato;

12.2.4 – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.2.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrer o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.3 – Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nesta Cláusula:

12.3.1 – recusa injustificada em assinar o contrato;

12.3.2 – retardamento injustificado para o início da obra;

12.3.3 – atraso injustificado na conclusão dos serviços;

12.3.4 – não apresentação da garantia de que trata a Cláusula Quinta;

12.3.5 – descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico financeiro;

12.3.6 – recusa em substituir qualquer material defeituoso ou impróprio eventualmente empregado na execução da obra, regularmente rejeitado pela Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, caracterizada essa recusa se a substituição não ocorrer no prazo máximo fixado no subitem 18.2.1 deste contrato;

12.3.7 – recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado pela Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, caracterizada a recusa se a medida não se efetivar também no mesmo prazo referido na alínea anterior;

12.4 – Na aplicação das sanções previstas neste contrato a CONTRATANTE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 156, "caput", da Lei nº 14.133/21.

12.5. O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.



12.6. Caso na apuração (cálculo dosimétrico) das multas e o valor seja inferior a 0,5% do valor do contrato, este percentual (0,5%) é o que será aplicado ao contratado, na forma do artigo 156, § 3º da Lei n.º 14.133/21.

12.7. Caso na apuração (cálculo dosimétrico) das multas e o valor seja superior a 30% do valor do contrato, este percentual (30%) é o que será aplicado ao contratado, na forma do artigo 156, § 3º da Lei n.º 14.133/21.

12.8. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES:**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.



## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO:**

15.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 155 a 158 da Lei nº 14.133/21.

15.1.1 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.2 – A rescisão do contrato poderá ser:

15.2.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no artigo 155 da Lei 14.133/21 notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

a) Nestes casos a rescisão acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei:

a.1) Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

a.2) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do artigo 104, inciso V, da Lei nº 14.133/21;

a.3) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

a.4) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

b) A aplicação das medidas previstas nas alíneas “a.1)” e “a.2)” anteriores, fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

c) É permitido à Administração, no caso de concordata (recuperação judicial ou extrajudicial) da CONTRATADA, manter o Contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades, a seu critério de conveniência e oportunidade.

d) Na hipótese da alínea “a.2)” anterior, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente, conforme o caso.

15.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE; ou, ainda:

15.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

15.4 - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º):**

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Eugenópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



xxxxxxxxxxxxxx/xx, xx de xxxxxx de 2026.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA(O)

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**FISCAL DO CONTRATO:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026

### ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência é elaborado contendo os elementos descritivos contidos no art. 6º, XXIII da Lei n.º 14.133/2021, como segue abaixo:

#### 1- DEFINIÇÃO DO OBJETO:

**1.1.** Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR N° 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC.

**1.2.** Considerando a solução escolhida, verifica-se que se trata de obra e serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, incisos XII e XXVIII, da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usuais no mercado, na forma de execução indireta em regime de empreitada por preço global.

**1.3.** Com base no disposto acima, deverá ser concedido, nos termos do art. 55, Inciso II, Alínea “a”, da lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para apresentação de propostas e lances.

**1.4.** Em conformidade com o art. 23, §1º, III da Lei Federal nº 14.133/21, procedeu-se a pesquisa de mercado para verificação dos preços e estimativa de custos, tendo como valor estimado o abaixo exposto:

TEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR ESTIMADO
01	REALIZAÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS DOCUMENTOS DE ENGENHARIA EM ANEXO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS-MG, NOS MOLDES DO TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR N° 978035/2025/FNDE/CAIXA	UNID	01	R\$ 4.292.614,89

**1.3.** A despesa decorrente da contratação do objeto deste certame está estimada no valor global de R\$ 4.292.614,89 (quatro milhões duzentos e noventa e dois mil seiscentos e quatorze reais e oitenta e nove centavos), conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias, memória de cálculo, composições de custos e demais documentos técnicos que integram o presente processo



administrativo, constituindo referido montante o valor máximo admitido pela Administração para fins de contratação.

**1.3.1.** O valor estimado foi apurado com base nos documentos de engenharia aprovados, observadas as composições referenciais aplicáveis, os parâmetros técnicos do projeto, os custos unitários de mercado e as exigências estabelecidas no TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**1.3.2.** Serão automaticamente desclassificadas as propostas que apresentarem valor global superior ao orçamento estimado pela Administração, bem como aquelas que se mostrarem manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os quantitativos e especificações técnicas exigidas ou em desconformidade com as disposições constantes no instrumento convocatório, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**1.4.** Os recursos financeiros destinados à execução da presente contratação serão suportados com recursos oriundos do TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR Nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Antônio Prado de Minas/MG, no âmbito do Novo PAC, complementados pela respectiva contrapartida financeira do Município, conforme previsto no plano de trabalho, cronograma de desembolso e dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

## **2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:**

**2.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, especialmente em razão da natureza do objeto contratado, consistente na execução de obra de engenharia caracterizada como contrato por escopo.

**2.2.** Nessa modalidade contratual, a extinção do ajuste não se vincula exclusivamente ao decurso do prazo inicialmente estipulado, mas, sobretudo, à conclusão integral do objeto contratado, compreendendo a execução da obra, sua entrega definitiva e o cumprimento de todas as obrigações técnicas correlatas.

**2.3.** Assim, o prazo fixado representa estimativa necessária ao planejamento administrativo e orçamentário da contratação, admitindo-se eventual prorrogação nas hipóteses legalmente previstas, especialmente diante de fatos supervenientes, intercorrências na execução, necessidade de adequações técnicas ou situações que impactem o cronograma físico-financeiro da obra.

**2.4.** Neste sentido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ADOTADA:**

**3.1.** A contratação de empresa especializada para a realização da obra de construção de CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, conforme especificações constantes nos documentos técnicos e de engenharia em anexo, revela-se necessária, oportuna e imprescindível para atendimento às demandas educacionais do Município de Antônio Prado de Minas, nos exatos termos do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**3.2.** A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica, sendo dever do Município assegurar o acesso universal e igualitário a creches e pré-escolas, especialmente para crianças de 0 a 5 anos, conforme preceitua a Constituição Federal e a legislação educacional vigente. Nesse



contexto, a implantação de unidade educacional adequada e estruturada é condição essencial para garantir o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

**3.3.** O Município enfrenta demanda crescente por vagas em creche, decorrente do aumento populacional, da ampliação da participação das famílias no mercado de trabalho e da necessidade de atendimento prioritário a crianças em situação de vulnerabilidade social. A inexistência ou insuficiência de estrutura física adequada compromete o pleno atendimento dessas demandas, gerando filas de espera e restringindo o acesso ao direito fundamental à educação infantil.

**3.4.** A construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, nos moldes padronizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, assegura que a unidade escolar seja implantada com padrões técnicos, arquitetônicos, pedagógicos e de acessibilidade previamente validados, contemplando ambientes adequados para atividades pedagógicas, alimentação, recreação, higiene, administração e apoio, garantindo segurança, conforto e funcionalidade para alunos, profissionais da educação e comunidade escolar. Além disso, o projeto padronizado Tipo 2 atende às normas de segurança, acessibilidade universal, sustentabilidade e eficiência construtiva, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e reduzindo riscos de inadequações técnicas ou operacionais futuras.

**3.5.** A contratação da obra também se mostra necessária para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município no âmbito do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, sendo indispensável a execução do objeto conforme os prazos, especificações técnicas e condições estabelecidas, sob pena de prejuízos à política pública educacional, bem como riscos de suspensão de repasses, devolução de recursos e responsabilizações administrativas. Ressalte-se que a Administração Municipal não dispõe de estrutura própria, pessoal técnico especializado e meios operacionais suficientes para executar diretamente obra de tal complexidade, sendo a contratação de empresa especializada a única alternativa viável para assegurar a correta execução dos serviços, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos anexos.

**3.6.** Dessa forma, a contratação de empresa para execução da obra de construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2 é indispensável para a ampliação da rede municipal de ensino, para o fortalecimento da política pública de educação infantil, para o atendimento adequado às famílias do Município e para a efetivação do direito fundamental à educação, atendendo plenamente às necessidades institucionais da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG.

**3.7.** Em virtude das características gerais da obra, das condições exigidas para sua execução e da necessidade de mobilização de uma equipe especializada, concluiu-se que a modalidade de execução indireta se apresenta como a mais adequada. Essa opção se justifica pela indisponibilidade de servidores públicos municipais, tanto em número quanto em qualificação técnica necessária, para realizar a execução integral do objeto da obra, o que torna a contratação de empresa especializada imprescindível para o sucesso do empreendimento.

**3.8.** Optou-se, portanto, pela adoção do regime de execução indireta, por meio de empreitada por preço global, tendo em vista que essa modalidade permite a definição prévia, com uma margem de precisão satisfatória, das quantidades dos serviços a serem executados, conforme estabelecido no projeto. Esse modelo oferece maior controle e previsibilidade em relação à execução da obra,



assegurando que as condições de execução estejam claramente delineadas e que as entregas sejam realizadas de acordo com os parâmetros definidos.

**3.8.1.** A escolha pelo regime de execução por preço global visa, entre outros aspectos, facilitar as medições e a fiscalização da obra, uma vez que as etapas do processo estarão claramente estabelecidas no contrato. Além disso, essa modalidade proporciona uma programação financeira mais eficiente, pois permite um melhor controle do fluxo de caixa e das despesas ao longo da execução da obra. A adoção do preço global também inibe práticas que possam prejudicar a administração pública municipal, como o uso inadequado de planilhas de custos, e favorece o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos no cronograma, uma vez que o pagamento será condicionado à conclusão das etapas previstas, garantindo que a obra avance conforme o planejamento e em consonância com os interesses da administração pública.

#### **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1.** Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, como condição indispensável para a assinatura do instrumento contratual, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente em razão da relevância técnica, estrutural e financeira da obra de construção da Creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**4.1.1.** A garantia poderá ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, devendo ser apresentada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e eventual rescisão contratual por inadimplemento contratual imputável à contratada.

**4.1.2.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar integralmente toda a vigência contratual, inclusive prorrogações, aditivos, reequilíbrios e alterações quantitativas e qualitativas que impactem o valor ou o prazo da contratação, mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora, sendo vedada a existência de qualquer período sem cobertura.

**4.1.3.** Será admitida a substituição da apólice de seguro-garantia por ocasião de sua renovação ou aniversário contratual, desde que mantidas integralmente as condições de cobertura, vigência, valores segurados e abrangência das obrigações garantidas, sem qualquer descontinuidade da proteção contratual.

**4.1.4.** Na hipótese de suspensão contratual decorrente de ordem da Administração ou de inadimplemento desta, a contratada ficará temporariamente desobrigada da renovação da garantia ou do endosso da apólice até a emissão formal da ordem de reinício da execução ou a regularização da pendência administrativa.

**4.1.5.** A garantia assegurará, independentemente da modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do objeto contratado e das demais obrigações previstas no instrumento contratual;

II – multas moratórias, compensatórias e punitivas aplicadas pela Administração;

III - prejuízos causados à Administração em razão da má execução, paralisação injustificada, abandono da obra ou descumprimento de obrigações técnicas;

IV - obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e para com o FGTS eventualmente inadimplidas pela contratada, quando couber;





V - reparação de danos decorrentes de vícios construtivos, falhas estruturais e defeitos de execução identificados durante a execução ou dentro do prazo legal de responsabilidade técnica da obra.

**4.1.5.1.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita quando contemplar integralmente todos os eventos previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável, inclusive cobertura para inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e ressarcimento integral ao erário.

**4.1.6.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica indicada pela Administração, sendo devidamente corrigida monetariamente até sua eventual restituição.

**4.1.7.** Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, sendo avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação vigente.

**4.1.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressamente a renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

**4.1.9.** Em caso de alteração do valor contratual, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, acréscimo quantitativo, prorrogação de prazo ou qualquer modificação que impacte o contrato, a garantia deverá ser obrigatoriamente ajustada ou renovada, observando os mesmos critérios da contratação originária.

**4.1.10.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, para cobertura de qualquer obrigação contratual, a contratada deverá promover sua imediata recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

**4.1.11.** A Administração executará a garantia na forma prevista na legislação aplicável, independentemente de autorização prévia da contratada, sempre que constatado inadimplemento contratual.

**4.1.12.** O garantidor deverá ser formalmente notificado acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual.

**4.1.13.** No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer posteriormente, não constituindo fundamento para negativa de cobertura, observados os prazos prescricionais legais.

**4.1.14.** A extinção da garantia ocorrerá somente após a emissão de termo circunstanciado pela Administração, declarando o integral cumprimento das obrigações contratuais e inexistência de pendências técnicas, administrativas, financeiras ou trabalhistas.

**4.1.15.** A garantia somente será liberada após o recebimento definitivo da obra, aprovação integral das medições, encerramento das obrigações contratuais e inexistência de responsabilidades pendentes, sendo atualizada monetariamente quando prestada em espécie.

**4.1.16.** O garantidor não integrará o processo administrativo instaurado para aplicação de sanções à contratada, não figurando como parte processual.

**4.1.17.** A contratada autoriza expressamente a Administração a promover a retenção, execução ou compensação da garantia sempre que necessário à proteção do interesse público e do patrimônio público.

**4.1.18.** A garantia de execução contratual não substitui nem afasta as responsabilidades técnicas da contratada, tampouco eventual garantia legal da obra, responsabilidade civil, solidez e segurança da construção, previstas no Código Civil, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



**4.2.** Constituem obrigações iniciais da contratada, sendo condição indispensável para autorização da primeira medição e do primeiro pagamento:

**I** - efetuar o registro da obra junto ao CREA/MG e apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução;

**II** - promover o cadastro e registro da obra perante o INSS e demais órgãos previdenciários e trabalhistas competentes;

**III** - providenciar a obtenção do Alvará de Execução da obra, quando exigido pela legislação municipal e pelos órgãos competentes;

**IV** – apresentar matrícula CEI/CNO da obra, quando aplicável;

**V** - instalar placa de obra em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse e demais exigências do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA;

**4.3.** A contratada deverá manter profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução da obra durante toda a vigência contratual, com registro regular perante o CREA/MG, devendo promover a correspondente ART de execução e de eventuais complementações, alterações ou substituições técnicas que se fizerem necessárias, sendo vedada a execução dos serviços sem responsável técnico formalmente designado.

**4.4.** Os licitantes, contratados e contratantes, bem como seus agentes públicos, sócios, acionistas, administradores, representantes e colaboradores, deverão atuar com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, transparência, integridade e ética pública, durante todas as fases da contratação.

**4.4.1.** Declaram possuir pleno conhecimento das disposições constantes na Lei nº 8.429/1992, Lei nº 12.846/2013, Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas de integridade e combate à corrupção.

**4.4.2.** Comprometem-se a não praticar atos que possam configurar fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido, direcionamento licitatório, superfaturamento, ocultação de informações ou qualquer outra conduta lesiva à Administração Pública.

**4.4.3.** Obrigam-se a comunicar imediatamente aos órgãos de controle competentes, inclusive Controladoria, Ministério Público e demais autoridades fiscalizadoras, qualquer irregularidade de que tenham conhecimento no âmbito da execução contratual.

**4.4.4.** A violação das normas anticorrupção e de integridade constitui causa suficiente para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive responsabilização por perdas e danos.

**4.4.5.** Consideram-se práticas vedadas:

a) corruptas;

b) fraudulentas;

c) colusivas;

d) coercitivas;

e) obstrutivas.

**4.4.6.** A Administração rejeitará propostas e poderá declarar a inidoneidade ou aplicar as sanções cabíveis sempre que houver comprovação de envolvimento do licitante em práticas ilícitas que comprometam a lisura do certame ou da execução contratual.

**4.4.7.** O Processo Administrativo de Responsabilização – PAR observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, seus regulamentos e demais normas aplicáveis à matéria.



**4.5.** A execução da obra deverá observar integralmente os projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho, disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências constantes do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**4.6.** A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual, com registro ativo perante o CREA/MG ou CAU, quando cabível, bem como promover a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, incluindo eventuais complementações, substituições ou alterações técnicas que se fizerem necessárias.

**4.7.** Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas do projeto e em conformidade com as normas técnicas vigentes, sendo vedada a utilização de materiais reutilizados, reconicionados, inadequados ou que comprometam a segurança, funcionalidade e durabilidade da obra.

**4.8.** A contratada deverá manter permanentemente atualizado o Diário de Obra, com registros diários de execução, quantitativos realizados, número de trabalhadores mobilizados, equipamentos utilizados, condições climáticas, ocorrências relevantes, orientações da fiscalização, intercorrências técnicas e evolução do cronograma físico-financeiro.

**4.9.** A execução deverá observar rigoroso controle tecnológico dos materiais e serviços empregados, incluindo ensaios, testes laboratoriais, verificações estruturais e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade e conformidade técnica da obra, correndo tais custos exclusivamente por conta da contratada.

**4.10.** A contratada deverá manter sinalização adequada, permanente e visível em toda a área de intervenção, adotando todas as medidas de segurança necessárias à proteção de trabalhadores, pedestres, veículos, imóveis vizinhos e demais terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.

**4.11.** Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC por todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, bem como o cumprimento integral das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho.

**4.12.** A contratada deverá adotar todas as providências necessárias para evitar danos às redes de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefonia, drenagem, pavimentação e demais infraestruturas existentes na área de intervenção, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados.

**4.13.** A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, situação superveniente ou fato que possa comprometer a execução regular da obra, indicando as providências corretivas cabíveis.

**4.14.** O cumprimento do cronograma físico-financeiro será obrigação contratual essencial, devendo a contratada observar rigorosamente os marcos parciais e prazo final de conclusão, sendo obrigatória a apresentação de plano de recuperação sempre que houver atraso relevante ou notificação formal da fiscalização.

**4.15.** A contratada deverá promover a limpeza permanente da área de execução, removendo entulhos, resíduos, sobras de materiais, escavações excedentes e quaisquer elementos que comprometam a segurança, mobilidade urbana ou adequada execução da obra.

**4.16.** Os resíduos da construção civil deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 307/2002, normas da ABNT, legislação



ambiental vigente e exigências dos órgãos competentes, vedado o descarte irregular em vias públicas, corpos d'água, terrenos baldios ou áreas protegidas.

**4.17.** A contratada deverá instalar e manter, durante toda a execução da obra, placa de identificação em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo as informações obrigatórias relativas ao objeto, origem dos recursos, valor do repasse, QR Code e demais exigências previstas pela Caixa Econômica Federal e pelo Transferegov.br.

**4.18.** Qualquer alteração de projeto, metodologia executiva, quantitativos, materiais ou soluções técnicas somente poderá ser realizada mediante justificativa técnica formal, prévia análise da fiscalização e autorização expressa da Administração, sendo vedada qualquer modificação unilateral pela contratada.

**4.19.** A contratada responderá integralmente pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica e funcionalidade da obra executada, permanecendo responsável pelo prazo legal de garantia, inclusive quanto à correção de vícios construtivos, defeitos estruturais e falhas operacionais posteriormente identificadas.

**4.20.** A execução da obra deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, transparência, integridade e interesse público, sendo vedada qualquer conduta que comprometa a lisura da contratação, a qualidade da execução ou a correta aplicação dos recursos públicos federais e municipais envolvidos.

## **5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**5.1.** A execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão formal da Ordem de Serviço pela Administração Municipal, após a conclusão de todas as exigências preliminares previstas no instrumento convocatório e no contrato, especialmente apresentação da garantia contratual, ART de execução, registro da obra junto ao CREA/MG, matrícula da obra perante os órgãos competentes, alvarás eventualmente exigidos e mobilização inicial do canteiro de obras.

**5.1.1.** O descumprimento injustificado do prazo para início da execução caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, inclusive aplicação de multa moratória, advertência, impedimento de licitar e eventual rescisão contratual.

**5.1.2.** Antes do início da execução, a contratada deverá apresentar cronograma executivo detalhado e atualizado, compatível com o cronograma físico-financeiro aprovado no processo licitatório e com as exigências do Termo de Compromisso nº 968570/2024/MCIDADES/CAIXA, contendo a previsão individualizada das etapas, metas, marcos de medição, prazos parciais e prazo final de conclusão.

**5.2.** Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, insumos, equipamentos, máquinas, ferramentas, utensílios, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e coletiva, transporte, sinalização, escoramentos, controle tecnológico, ensaios laboratoriais, licenças, mobilização e desmobilização de canteiro, bem como todos os demais recursos necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto, promovendo imediatamente a substituição de qualquer item que se apresente inadequado, defeituoso ou insuficiente.

**5.2.1.** Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às normas técnicas da ABNT, especificações dos projetos, memoriais descritivos e exigências da fiscalização, sendo vedada a utilização de materiais reutilizados, recondicionados ou em desacordo com os padrões técnicos exigidos.





**5.2.2.** A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, ensaios, testes, laudos e comprovações técnicas da qualidade dos materiais e serviços executados, correndo tais despesas exclusivamente por conta da contratada quando houver indício de inadequação técnica.

**5.3.** Após o recebimento definitivo do objeto contratual pela Administração, a contratada permanecerá responsável pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica e funcionalidade da obra executada, bem como por quaisquer vícios construtivos, defeitos estruturais, falhas técnicas ou operacionais, ainda que decorrentes dos materiais empregados, obrigando-se, às suas expensas, à imediata reparação, correção, reconstrução ou substituição do que se fizer necessário, nos termos do art. 618 do Código Civil e da legislação aplicável.

**5.4.** A contratada assumirá integral responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, previdenciária, ambiental e criminal por quaisquer danos causados ao Município, ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, por ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência, falha técnica ou descumprimento das normas de segurança.

**5.5.** A contratada responderá integralmente por acidentes causados a terceiros, trabalhadores ou usuários da via pública em razão da ausência ou insuficiência de sinalização, escoramentos inadequados, falhas estruturais provisórias, movimentação de máquinas, escavações, utilização inadequada de equipamentos ou qualquer outra falha relacionada à execução da obra.

**5.5.1.** A sinalização provisória da obra deverá ser mantida permanentemente adequada, visível e compatível com o risco da intervenção, observando normas técnicas, legislação de trânsito, segurança do trabalho e orientações da fiscalização municipal.

**5.6.** A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato superveniente, intercorrência técnica, condição climática excepcional, interferência de terceiros, necessidade de reprogramação ou qualquer circunstância que possa comprometer, retardar ou impedir a execução parcial ou total da obra, apresentando relatório técnico circunstanciado e as medidas corretivas propostas.

**5.6.1.** A mera comunicação de dificuldade operacional não exime a contratada da responsabilidade contratual, devendo eventual pedido de prorrogação ser formalmente fundamentado, tecnicamente comprovado e previamente aprovado pela Administração.

**5.7.** A contratada deverá manter junto à fiscalização relação permanentemente atualizada de todos os empregados, encarregados, operadores, engenheiros, técnicos e demais profissionais envolvidos na execução contratual, inclusive com identificação do responsável técnico presente no local da obra.

**5.7.1.** A ausência injustificada de responsável técnico habilitado no local da obra poderá ensejar suspensão imediata dos serviços e aplicação das penalidades cabíveis.

**5.8.** A contratada deverá promover permanentemente a limpeza, organização e desobstrução das áreas de trabalho, removendo sobras de materiais, entulhos, escavações excedentes, resíduos de construção e quaisquer elementos que comprometam a segurança, mobilidade urbana, drenagem local ou a adequada execução da obra.

**5.8.1.** Os resíduos provenientes da execução dos serviços deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando integralmente a legislação ambiental vigente, normas de gerenciamento de resíduos da construção civil e exigências dos órgãos competentes, vedado o descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, cursos d'água ou áreas de preservação.

**5.9.** O acompanhamento da execução física e financeira da obra será realizado por meio do cronograma físico-financeiro aprovado, constituindo obrigação da contratada o cumprimento rigoroso dos marcos parciais e da conclusão final pactuada.



**5.9.1.** Será considerada situação de atraso relevante a não execução de qualquer etapa prevista no cronograma superior a 10% (dez por cento) do avanço físico programado para o período ou atraso superior a 15 (quinze) dias corridos em qualquer marco intermediário relevante.

**5.9.2.** Verificada situação de atraso, a fiscalização emitirá notificação formal para que a contratada apresente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, Plano de Recuperação de Cronograma, contendo diagnóstico das causas do atraso, medidas corretivas, reforço de equipe, ampliação de turnos, reforço de equipamentos e nova programação executiva sem prejuízo do prazo final contratual.

**5.9.3.** A não apresentação do Plano de Recuperação, sua rejeição técnica ou o descumprimento injustificado das medidas corretivas propostas poderá ensejar aplicação de multa contratual, retenção de medições, glosa parcial de pagamentos, execução da garantia contratual e, em casos graves ou reiterados, rescisão unilateral do contrato.

**5.9.4.** O atraso injustificado que comprometa o cronograma do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA ou coloque em risco a liberação de recursos federais, medições, prestação de contas ou a regularidade perante o Transferegov.br será considerado falta grave contratual.

**5.9.5.** A contratada não fará jus a reequilíbrio econômico-financeiro, indenização ou prorrogação automática de prazo quando o atraso decorrer de sua própria desorganização operacional, insuficiência de equipe, falha de planejamento, deficiência técnica, inadimplemento com fornecedores ou qualquer causa a ela imputável.

**5.10.** A contratada deverá executar as obras em conformidade com o Memorial Descritivo, parte integrante deste instrumento.

## **6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:**

**6.1.** O pacto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do pacto, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

**6.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**6.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**6.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**6.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**6.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



**6.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**6.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

**7.1.** O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme a execução física da obra e o cronograma físico-financeiro aprovado, mediante apresentação de boletim de medição, relatório de execução, ateste da fiscalização, nota fiscal eletrônica regular e demais documentos exigidos para liquidação da despesa, observadas as disposições do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA e da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.1.** Cada pagamento ficará vinculado à efetiva medição dos serviços executados, devidamente conferidos e aprovados pelo fiscal do contrato e pelo responsável técnico da Administração, sendo vedado o pagamento por serviços não executados, executados parcialmente sem funcionalidade ou em desconformidade com os projetos, especificações técnicas e determinações da fiscalização.

**7.1.2.** As medições deverão observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro contratual, os quantitativos efetivamente executados, os boletins de medição, os registros fotográficos, relatórios técnicos, diário de obra, ARTs correspondentes e demais documentos comprobatórios exigidos pela fiscalização e pela Caixa Econômica Federal no âmbito do acompanhamento do convênio.

**7.1.3.** A liberação da primeira medição e do primeiro pagamento ficará condicionada à comprovação de:

I - apresentação da garantia contratual;

II - registro da obra junto ao CREA/MG e apresentação da respectiva ART;

III - matrícula da obra junto aos órgãos previdenciários competentes;

IV - obtenção dos alvarás e licenças eventualmente exigidos;

V - instalação da placa de obra conforme exigências do Novo PAC;

VI - mobilização inicial do canteiro e início efetivo da execução.

**7.2.** Quando houver glosa parcial de serviços medidos, rejeição de etapas executadas, pendências técnicas ou necessidade de adequações apontadas pela fiscalização, o contratante comunicará formalmente a contratada para que proceda à correção necessária e emita a nota fiscal com o valor efetivamente aprovado e dimensionado.

**7.2.1.** Serviços executados em desconformidade com os projetos, normas técnicas, especificações contratuais ou sem prévia autorização da fiscalização poderão ser rejeitados total ou parcialmente, não gerando obrigação de pagamento até sua regularização.

**7.3.** O setor competente para proceder à liquidação e ao pagamento deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém todos os elementos necessários e essenciais do documento, especialmente:

a) identificação completa da contratada;

b) número e objeto do contrato administrativo;

c) número da medição correspondente;



- d) período respectivo de execução da medição;
- e) discriminação dos serviços executados;
- f) valor exato a pagar;
- g) eventual destaque das retenções tributárias e previdenciárias cabíveis;
- h) dados bancários da contratada;
- i) vinculação ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**7.4.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente instruída, acompanhada do ateste da execução pelo fiscal do contrato, aprovação da medição e regular liquidação da despesa, observada a disponibilidade financeira e o fluxo de liberação dos recursos vinculados ao convênio.

**7.4.1.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a fiscalização formalizar o ateste da execução da etapa correspondente e não houver pendências impositivas à liquidação.

**7.4.2.** O pagamento será realizado preferencialmente por meio da funcionalidade Ordem de Pagamento de Parcerias – OPP, via Transferegov.br, ou outro mecanismo oficialmente exigido para movimentação dos recursos federais vinculados ao Termo de Compromisso, observadas as normas da Caixa Econômica Federal e da legislação aplicável.

**7.4.3.** A liberação da última medição ficará condicionada à inexistência de pendências técnicas, à superação de eventuais divergências qualitativas ou quantitativas apontadas pela fiscalização, à regularidade da documentação final da obra e à aceitação formal da Administração e da Mandatária, quando aplicável.

**7.4.4.** No caso de atraso imputável exclusivamente ao Município, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva quitação, mediante aplicação do índice IPCA-E, sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis.

**7.4.5.** Considerando que a presente contratação é executada com recursos provenientes do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, no âmbito do Novo PAC, cuja liberação financeira observa os procedimentos operacionais, medições e autorizações da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br, a contratada declara ciência de que os pagamentos poderão observar o fluxo de liberação dos recursos federais vinculados ao empreendimento.

**7.4.6.** A eventual pendência temporária de liberação financeira pela mandatária federal ou pelo órgão concedente, desde que não decorrente de inadimplemento injustificado do Município, não autoriza, por si só, a paralisação unilateral da obra, devendo a contratada manter a execução regular dos serviços compatíveis com o cronograma físico-financeiro aprovado.

**7.4.7.** Verificada situação excepcional de atraso prolongado na liberação dos recursos, capaz de comprometer comprovadamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou a capacidade operacional da contratada, as partes poderão adotar medidas consensuais de reprogramação do cronograma de execução, suspensão formal da obra ou revisão contratual, na forma da Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência na medição, pendência documental, irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ou qualquer circunstância que impeça a regular liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada promova o saneamento necessário.

**7.5.1.** Nessa hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a comprovação da regularização da pendência, não acarretando qualquer ônus adicional ao contratante.

**7.6.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de:





- I - comprovação de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
- II - certidão de regularidade junto ao FGTS;
- III - certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- IV - comprovantes de recolhimento previdenciário e trabalhista relacionados à execução contratual, quando exigidos;
- V - boletim de medição aprovado;
- VI - relatório fotográfico e demais documentos exigidos pela fiscalização.

7.7. O Município procederá, de ofício, às retenções tributárias, previdenciárias e legais cabíveis, observada a legislação vigente, inclusive quanto à retenção de INSS, ISSQN, IRRF e demais tributos incidentes sobre a execução da obra.

7.8. A inadimplência da contratada com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários ou comerciais não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado ou restringir a regular execução da obra.

## **8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS:**

8.1. O prestador de serviços será selecionado por meio de licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

## **9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária: 02.02.04 12 365 0013 1021 449051 fonte 1569 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

## **10- OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, seus anexos, projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, Termo de Referência, Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA e demais normas aplicáveis.

10.1.2. Receber provisória e definitivamente a obra, observados os prazos, critérios técnicos e condições estabelecidas no instrumento convocatório, mediante conferência da execução física, funcionalidade da obra e atendimento integral das exigências contratuais.

10.1.3. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre vícios, defeitos, falhas construtivas, incorreções técnicas, atrasos injustificados ou qualquer desconformidade verificada na execução da obra, para que sejam sanados, corrigidos, refeitos ou substituídos às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar, fiscalizar e controlar a execução contratual por meio de fiscal e gestor formalmente designados, inclusive quanto ao cumprimento do cronograma físico-financeiro, qualidade dos serviços, medições, segurança da obra e regularidade documental.

10.1.5. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução, quando houver divergência quanto à medição, quantidade, qualidade ou regularidade da etapa executada, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



**10.1.6.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos no contrato, observada a efetiva medição dos serviços executados, o ateste da fiscalização e a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

**10.1.7.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, em caso de inadimplemento, atraso, abandono da obra, falhas de execução ou descumprimento contratual.

**10.1.8.** Cientificar o órgão de assessoramento jurídico e demais órgãos competentes quando verificado descumprimento contratual que demande medidas administrativas, sancionatórias, rescisórias ou judiciais.

**10.1.9.** Analisar e responder, de forma fundamentada, os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, repactuação, reajuste ou revisão contratual eventualmente formulados pela CONTRATADA, observada a legislação aplicável.

**10.1.10.** Notificar os emitentes das garantias contratuais acerca da instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando cabível.

**10.1.11.** Comunicar formalmente a CONTRATADA em caso de necessidade de alteração de projeto, adequação técnica, reprogramação de execução ou ajustes autorizados pela Administração, observadas as hipóteses legais de alteração contratual.

**10.1.12.** Fornecer, por escrito, as informações, documentos e orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços contratados.

**10.1.13.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados, inclusive quanto à conformidade estrutural, funcionalidade, segurança e atendimento às especificações técnicas da obra.

**10.1.14.** Verificar a correta inserção das informações no Transferegov.br, especialmente medições, boletins, documentos técnicos, cronograma e registros exigidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério das Cidades.

**10.1.15.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, inclusive fornecedores, empregados, subcontratados ou prestadores de serviços, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da contratada, seus prepostos ou subordinados.

**10.2.** São obrigações da CONTRATADA:

**10.2.1.** Cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução da obra de construção da creche, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos, tributos, transporte, mobilização e demais custos necessários.

**10.2.2.** Executar a obra em estrita observância aos projetos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas técnicas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho e determinações da fiscalização.

**10.2.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas construtivas e danos decorrentes da execução da obra, inclusive quanto à solidez, segurança, estabilidade e funcionalidade, nos termos do Código Civil e da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.4.** Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a execução da obra, apresentando justificativa técnica formal e documentação comprobatória.

**10.2.5.** Atender prontamente às determinações emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior, promovendo os ajustes, correções e adequações exigidas.



**10.2.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços executados com vícios, defeitos, falhas técnicas ou em desacordo com as especificações contratuais.

**10.2.7.** Responder por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, inclusive acidentes, falhas estruturais, prejuízos patrimoniais, danos ambientais e responsabilidade civil decorrente da execução da obra.

**10.2.8.** Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e qualificação técnica.

**10.2.9.** Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, comerciais, ambientais e fundiárias decorrentes da execução contratual, não havendo qualquer transferência de responsabilidade ao CONTRATANTE.

**10.2.10.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, paralisação ou situação que comprometa a execução da obra.

**10.2.11.** Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução, com registro regular perante o CREA/MG e respectivas ARTs de execução, fiscalização complementar e eventuais alterações técnicas.

**10.2.12.** Elaborar e manter atualizado o Diário de Obra, com registros diários de execução, equipe mobilizada, equipamentos, condições meteorológicas, serviços realizados, ocorrências e situação do cronograma.

**10.2.13.** Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, apresentando plano de recuperação sempre que houver atraso relevante ou notificação da fiscalização.

**10.2.14.** Manter a obra devidamente sinalizada, protegida e segura, responsabilizando-se por acidentes decorrentes de ausência de sinalização, escoramentos inadequados ou falhas operacionais.

**10.2.15.** Promover a limpeza permanente da área de execução, removendo entulhos, sobras de materiais e resíduos da construção civil.

**10.2.16.** Realizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 307/2002, normas da ABNT e legislação ambiental vigente, vedado descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, encostas, corpos d'água ou áreas protegidas.

**10.2.17.** Apresentar comprovação documental da destinação dos resíduos mediante Controle de Transporte de Resíduos – CTR e demais exigências técnicas aplicáveis.

**10.2.18.** Submeter previamente à aprovação da fiscalização qualquer alteração de método executivo, solução técnica, material empregado ou modificação de projeto.

**10.2.19.** Realizar, às suas expensas, ensaios, testes, exames laboratoriais e controles tecnológicos exigidos para comprovação da qualidade dos materiais e serviços executados.

**10.2.20.** Providenciar as licenças, autorizações, alvarás, registros e regularizações necessárias junto aos órgãos competentes, inclusive CREA, INSS, concessionárias e órgãos ambientais.

**10.2.21.** Instalar e manter placa de obra e identificação visual conforme exigências do Novo PAC, Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA e Manual de Identidade Visual aplicável.

**10.2.22.** Não permitir trabalho de menores em desacordo com a legislação trabalhista, nem contratar pessoas em situação de impedimento legal.



**10.2.23.** Não contratar, durante a vigência contratual, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente, fiscal ou gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.24.** Manter sigilo sobre informações técnicas, administrativas e estratégicas obtidas em razão da execução contratual, quando cabível.

**10.2.25.** Cumprir integralmente as normas anticorrupção, integridade, transparência e ética pública, abstendo-se de práticas fraudulentas, colusivas, coercitivas, obstrutivas ou corruptas durante toda a contratação.

**10.2.26.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.2.27.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.28.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**10.2.29.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**10.2.30.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.2.31.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

**10.2.32.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

**10.2.33.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**10.2.34.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

**10.2.35.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**10.2.36.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**10.2.37.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.





**10.2.38.** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**10.2.39.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.2.40.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**11.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, caso exigível pela Administração;

**11.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**11.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, quando exigível pela Administração;

**11.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**11.1.5.** Fraudar o certame

**11.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**11.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

**11.1.9.** Deixar de entregar/atender os itens da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) no prazo pactuado;

**11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1.** Advertência;

**11.2.2.** Multa;

**11.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e



**11.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**11.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**11.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**11.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**11.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**11.4.3.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**11.4.4.** Para a infração prevista no item 12.1.9 a multa será de 0,5% por dia calculada sobre o valor dos itens constantes da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) que estão em atraso de entrega pelo particular, limitada a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

**11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:**

**12.1.** As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

## **13. DOS BENEFÍCIOS APLICÁVEIS A MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**13.1.** Não serão aplicados, no presente procedimento licitatório, os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, em razão de expressa vedação legal constante no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O referido dispositivo estabelece que, nas contratações de obras e serviços de engenharia, o tratamento favorecido previsto para ME e EPP não se aplica quando o valor estimado da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**13.2.** No caso em análise, trata-se de contratação de obra de engenharia destinada à construção de uma creche, cujo valor global estimado supera o limite legal de receita bruta máxima previsto para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, afastando, de forma objetiva e obrigatória, a incidência dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006. Assim, a não adoção da exclusividade, da reserva de cotas e das demais prerrogativas destinadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não decorre de discricionariedade administrativa, mas sim do estrito cumprimento da norma expressamente prevista no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, impondo-se sua observância obrigatória pela Administração Pública.

## **14. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:**

**14.1.** A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se em razão das características do objeto pretendido, considerando que os serviços a serem contratados possuem natureza comum no âmbito da engenharia, não demandando complexidade técnica extraordinária, tampouco vulto econômico que exija a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução.



**14.2.** O objeto licitado pode ser plenamente executado por empresas do ramo que atuem individualmente, sendo amplamente acessível no mercado regional e nacional, circunstância que afasta a necessidade de formação de consórcio como condição para ampliação da competitividade.

**14.3.** Além disso, a admissão de consórcios poderia acarretar aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual, dificultando a apuração individual de responsabilidades técnicas, administrativas e financeiras, especialmente em contratos de execução de obra pública sujeitos a controle rigoroso por parte da Administração Pública e dos órgãos de fiscalização.

**14.4.** Registra-se ainda que a vedação não compromete a competitividade do certame, nem implica restrição indevida à ampla concorrência, uma vez que existe número suficiente de empresas aptas à execução integral do objeto de forma individual, preservando-se, assim, os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **15- DESCARTE DE RESÍDUOS:**

**15.1.** Durante a execução a contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

**15.1.1.** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

**15.1.2.** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**15.1.3.** Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

**15.1.4.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.





## **16- REGIME DE EXECUÇÃO:**

**16.1.** Com fulcro no inciso II do Art. 46 da Lei Federal nº 14.133/21 a obra será executada de forma indireta, sob o regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

## **17- DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

### **17.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

### **17.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos



termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**17.2.1.** Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Agente de Contratação.

### **17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**17.3.1.** Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis pelas seguintes fórmulas:

I- O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$

II- O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$ILG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$

III- O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$

**17.3.2.** Será habilitada a empresa que apresentar:

- Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

**17.3.3.** Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

**17.3.4.** Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

**17.3.5.** CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

**17.3.6.** Comprovação de que a empresa possui capital social ou patrimônio líquido equivalente ou superior a 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor estimado dos respectivos itens propostos pelo licitante, caso sua proposta não compreenda a totalidade de itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.



**17.4.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

### **17.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **17.5.1. Qualificação Técnica Operacional (da empresa)**

I- Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculada, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a Licitante executou a qualquer tempo, ou esteja executando serviços com características semelhantes aos serviços previstos neste Edital. Alternativamente, a licitante comprovará a veracidade do atestado emitido em nome da empresa apresentando a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT registrada junto ao CREA/CAU, conjuntamente com sua respectiva ART assinada pelas partes envolvidas, em nome do profissional que realizou o serviço, independentemente do atual vínculo deste profissional com a licitante;

#### **17.5.2. Qualificação Técnica Profissional (do responsável técnico)**

I- Certidão de Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU/UF (Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal), em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior legalmente habilitados, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, devidamente registrado no CREA/CAU que demonstrem possuir experiência comprovada para execução da obra objeto da presente licitação;

**17.5.2.1.** Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização de serviços deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante, podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Administração Municipal;

**17.5.2.2.** A Comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) CAT(s) e o(s) profissional(is) é(são) vinculado(s) à licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente da sede ou filial onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e a licitante de acordo com a legislação civil comum.



**17.5.3.** Para o consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

**17.5.4.** Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, será considerado como parcela de maior relevância e valor significativo do objeto o(s) seguinte(s) item(ns), com quantitativo correspondente no mínimo a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estipulado na planilha orçamentária:

Execução de obra de edificação em concreto armado destinada a uso educacional, institucional ou comercial, compatível em características, complexidade e porte;

Estrutura de concreto armado em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Cobertura em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Instalações elétricas em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>.

## **17.6. VISTORIA PRÉVIA:**

I- Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas/MG, comprovando a realização de visita prévia ao local de execução da obra, mediante comparecimento de representante legal ou responsável técnico devidamente autorizado; ou Declaração Formal de Pleno Conhecimento das Condições do Local da Obra, subscrita pelo representante legal da empresa ou por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições físicas, estruturais, operacionais, topográficas, ambientais e logísticas da área de intervenção, bem como de todas as dificuldades, peculiaridades e fatores que possam influenciar direta ou indiretamente na execução contratual e na formulação da proposta.

**17.6.1.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**17.6.2.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [licitação@antoniopradoweminas.mg.gov.br](mailto:licitação@antoniopradoweminas.mg.gov.br) ou telefone (32) 98407-7906 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**17.6.3.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **18- GARANTIA DE PROPOSTA:**

**18.1.** Conjuntamente com a apresentação dos documentos de habilitação será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para contratação.

**18.1.1.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**18.1.2.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.





**18.1.3.** Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

**18.1.4.** Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

**18.1.5.** A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.

**18.1.6.** Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG, descrita a seguir: Banco do Brasil S.A. – Agência 2483-X – CC 119501-8.



## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026

### ANEXO VI

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

##### **1- OBJETO:**

**1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto identificar, analisar e definir a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública relacionada à execução do empreendimento previsto no Termo de Compromisso Novo PAC nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, firmado entre o Município de Antônio Prado de Minas/MG e a União Federal, com interveniência da Caixa Econômica Federal, mediante contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia.

**1.2.** O estudo busca avaliar as alternativas técnicas e operacionais disponíveis, de modo a selecionar a solução que melhor atenda ao interesse público, observando critérios de eficiência, economicidade, viabilidade técnica, segurança, durabilidade, sustentabilidade e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

##### **2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**2.1.** A contratação de empresa especializada para a realização da obra de construção de CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, conforme especificações constantes nos documentos técnicos e de engenharia em anexo, revela-se necessária, oportuna e imprescindível para atendimento às demandas educacionais do Município de Antônio Prado de Minas, nos exatos termos do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA.

**2.2.** A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica, sendo dever do Município assegurar o acesso universal e igualitário a creches e pré-escolas, especialmente para crianças de 0 a 5 anos, conforme preceitua a Constituição Federal e a legislação educacional vigente. Nesse contexto, a implantação de unidade educacional adequada e estruturada é condição essencial para garantir o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

**2.3.** O Município enfrenta demanda crescente por vagas em creche, decorrente do aumento populacional, da ampliação da participação das famílias no mercado de trabalho e da necessidade de atendimento prioritário a crianças em situação de vulnerabilidade social. A inexistência ou insuficiência de estrutura física adequada compromete o pleno atendimento dessas demandas, gerando filas de espera e restringindo o acesso ao direito fundamental à educação infantil.

**2.4.** A construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2, nos moldes padronizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, assegura que a unidade escolar seja implantada com padrões técnicos, arquitetônicos, pedagógicos e de acessibilidade previamente validados, contemplando ambientes adequados para atividades pedagógicas, alimentação, recreação, higiene, administração e apoio, garantindo segurança, conforto e funcionalidade para alunos, profissionais da educação e comunidade escolar. Além disso, o projeto padronizado Tipo 2 atende às normas de segurança, acessibilidade universal,



sustentabilidade e eficiência construtiva, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e reduzindo riscos de inadequações técnicas ou operacionais futuras.

**2.5.** A contratação da obra também se mostra necessária para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município no âmbito do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, sendo indispensável a execução do objeto conforme os prazos, especificações técnicas e condições estabelecidas, sob pena de prejuízos à política pública educacional, bem como riscos de suspensão de repasses, devolução de recursos e responsabilizações administrativas. Ressalte-se que a Administração Municipal não dispõe de estrutura própria, pessoal técnico especializado e meios operacionais suficientes para executar diretamente obra de tal complexidade, sendo a contratação de empresa especializada a única alternativa viável para assegurar a correta execução dos serviços, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos anexos.

**2.6.** Dessa forma, a contratação de empresa para execução da obra de construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2 é indispensável para a ampliação da rede municipal de ensino, para o fortalecimento da política pública de educação infantil, para o atendimento adequado às famílias do Município e para a efetivação do direito fundamental à educação, atendendo plenamente às necessidades institucionais da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG.

**2.7.** Em virtude das características gerais da obra, das condições exigidas para sua execução e da necessidade de mobilização de uma equipe especializada, concluiu-se que a modalidade de execução indireta se apresenta como a mais adequada. Essa opção se justifica pela indisponibilidade de servidores públicos municipais, tanto em número quanto em qualificação técnica necessária, para realizar a execução integral do objeto da obra, o que torna a contratação de empresa especializada imprescindível para o sucesso do empreendimento.

**2.8.** Optou-se, portanto, pela adoção do regime de execução indireta, por meio de empreitada por preço global, tendo em vista que essa modalidade permite a definição prévia, com uma margem de precisão satisfatória, das quantidades dos serviços a serem executados, conforme estabelecido no projeto. Esse modelo oferece maior controle e previsibilidade em relação à execução da obra, assegurando que as condições de execução estejam claramente delineadas e que as entregas sejam realizadas de acordo com os parâmetros definidos.

**2.8.1.** A escolha pelo regime de execução por preço global visa, entre outros aspectos, facilitar as medições e a fiscalização da obra, uma vez que as etapas do processo estarão claramente estabelecidas no contrato. Além disso, essa modalidade proporciona uma programação financeira mais eficiente, pois permite um melhor controle do fluxo de caixa e das despesas ao longo da execução da obra. A adoção do preço global também inibe práticas que possam prejudicar a administração pública municipal, como o uso inadequado de planilhas de custos, e favorece o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos no cronograma, uma vez que o pagamento será condicionado à conclusão das etapas previstas, garantindo que a obra avance conforme o planejamento e em consonância com os interesses da administração pública.

### **3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA:**

**3.1.** O levantamento de mercado realizado para a presente contratação teve por finalidade identificar a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para viabilizar a execução da obra de



engenharia destinada à construção de uma creche, observando-se os aspectos técnicos, operacionais, econômicos, administrativos e legais envolvidos na execução do objeto.

**3.2.** Inicialmente, analisou-se a possibilidade de execução direta pela própria Administração Municipal, mediante utilização de estrutura própria, servidores efetivos, maquinário e recursos operacionais disponíveis no quadro da Prefeitura. Contudo, verificou-se que tal alternativa se mostra inviável, uma vez que a obra demanda elevada complexidade técnica, necessidade de equipe especializada multidisciplinar, responsável técnico habilitado, maquinário pesado específico, controle tecnológico permanente, estrutura operacional robusta e dedicação exclusiva de recursos humanos e materiais, circunstâncias que ultrapassam significativamente a capacidade operacional atualmente disponível no Município. Além disso, a execução direta comprometeria a continuidade de outras atividades essenciais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, especialmente nos setores de obras, infraestrutura e manutenção urbana, gerando prejuízo ao atendimento regular das demais demandas administrativas e da coletividade. Soma-se a isso a necessidade de observância rigorosa das exigências impostas pelo Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, firmado no âmbito do Novo PAC, que exige padrões técnicos específicos, controle de execução, medições, fiscalização e prestação de contas compatíveis com a complexidade da obra.

**3.3.** Também foi analisada a possibilidade de fracionamento da contratação em múltiplos contratos por etapas distintas da obra, como escavação, estruturas de concreto, drenagem, contenções e recomposição urbana. Todavia, tal alternativa se mostrou tecnicamente desaconselhável, uma vez que a fragmentação excessiva comprometeria a integração das etapas executivas, aumentaria significativamente o risco de incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade, paralisações, atrasos de cronograma, dificuldades de fiscalização e elevação dos custos administrativos e operacionais da gestão contratual. A divisão da execução entre múltiplos contratados também ampliaria o risco de prejuízo à responsabilização técnica pela solidez, segurança e funcionalidade final da obra.

**3.4.** Diante disso, a alternativa que se mostra mais vantajosa e eficiente consiste na contratação de empresa especializada mediante regime de execução indireta, por empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** A adoção da execução indireta permite que a Administração transfira a execução material da obra a empresa tecnicamente qualificada, com capacidade operacional, estrutura empresarial, acervo técnico, equipe especializada e responsabilidade integral pela execução dos serviços, mantendo sob responsabilidade do Município a fiscalização, o acompanhamento contratual e o controle da correta aplicação dos recursos públicos. O regime de empreitada por preço global revela-se o mais adequado ao caso concreto em razão da natureza da obra possuir escopo previamente definido, projetos executivos delimitados, quantitativos estimados, planilhas orçamentárias completas e cronograma físico-financeiro estruturado, permitindo a contratação por preço certo e total para execução integral do objeto.

**3.6.** Tal modelo proporciona maior previsibilidade orçamentária, melhor controle financeiro, redução de riscos de aditivos excessivos, responsabilização objetiva da contratada pela integralidade da execução, maior eficiência na fiscalização e maior segurança jurídica para a Administração, especialmente em obras financiadas com recursos federais vinculados ao Novo PAC e submetidas ao acompanhamento da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br.

**3.7.** Assim, sob os aspectos técnico, econômico, operacional e administrativo, conclui-se que a alternativa mais viável, segura e vantajosa para atendimento da necessidade pública consiste na contratação de empresa especializada para execução indireta da obra, sob o regime de empreitada





por preço global, assegurando maior eficiência, economicidade, controle da execução e adequada entrega do objeto à coletividade.

#### **4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1.** Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, como condição indispensável para a assinatura do instrumento contratual, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente em razão da relevância técnica, estrutural e financeira da obra de construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**4.1.1.** A garantia poderá ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, devendo ser apresentada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e eventual rescisão contratual por inadimplemento contratual imputável à contratada.

**4.1.2.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar integralmente toda a vigência contratual, inclusive prorrogações, aditivos, reequilíbrios e alterações quantitativas e qualitativas que impactem o valor ou o prazo da contratação, mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora, sendo vedada a existência de qualquer período sem cobertura.

**4.1.3.** Será admitida a substituição da apólice de seguro-garantia por ocasião de sua renovação ou aniversário contratual, desde que mantidas integralmente as condições de cobertura, vigência, valores segurados e abrangência das obrigações garantidas, sem qualquer descontinuidade da proteção contratual.

**4.1.4.** Na hipótese de suspensão contratual decorrente de ordem da Administração ou de inadimplemento desta, a contratada ficará temporariamente desobrigada da renovação da garantia ou do endosso da apólice até a emissão formal da ordem de reinício da execução ou a regularização da pendência administrativa.

**4.1.5.** A garantia assegurará, independentemente da modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do objeto contratado e das demais obrigações previstas no instrumento contratual;

II - multas moratórias, compensatórias e punitivas aplicadas pela Administração;

III - prejuízos causados à Administração em razão da má execução, paralisação injustificada, abandono da obra ou descumprimento de obrigações técnicas;

IV - obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e para com o FGTS eventualmente inadimplidas pela contratada, quando couber;

V - reparação de danos decorrentes de vícios construtivos, falhas estruturais e defeitos de execução identificados durante a execução ou dentro do prazo legal de responsabilidade técnica da obra.

**4.1.5.1.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita quando contemplar integralmente todos os eventos previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável, inclusive cobertura para inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e ressarcimento integral ao erário.

**4.1.6.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica indicada pela Administração, sendo devidamente corrigida monetariamente até sua eventual restituição.

**4.1.7.** Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo



Banco Central do Brasil, sendo avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação vigente.

**4.1.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressamente a renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

**4.1.9.** Em caso de alteração do valor contratual, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, acréscimo quantitativo, prorrogação de prazo ou qualquer modificação que impacte o contrato, a garantia deverá ser obrigatoriamente ajustada ou renovada, observando os mesmos critérios da contratação originária.

**4.1.10.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, para cobertura de qualquer obrigação contratual, a contratada deverá promover sua imediata recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

**4.1.11.** A Administração executará a garantia na forma prevista na legislação aplicável, independentemente de autorização prévia da contratada, sempre que constatado inadimplemento contratual.

**4.1.12.** O garantidor deverá ser formalmente notificado acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual.

**4.1.13.** No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer posteriormente, não constituindo fundamento para negativa de cobertura, observados os prazos prescricionais legais.

**4.1.14.** A extinção da garantia ocorrerá somente após a emissão de termo circunstanciado pela Administração, declarando o integral cumprimento das obrigações contratuais e inexistência de pendências técnicas, administrativas, financeiras ou trabalhistas.

**4.1.15.** A garantia somente será liberada após o recebimento definitivo da obra, aprovação integral das medições, encerramento das obrigações contratuais e inexistência de responsabilidades pendentes, sendo atualizada monetariamente quando prestada em espécie.

**4.1.16.** O garantidor não integrará o processo administrativo instaurado para aplicação de sanções à contratada, não figurando como parte processual.

**4.1.17.** A contratada autoriza expressamente a Administração a promover a retenção, execução ou compensação da garantia sempre que necessário à proteção do interesse público e do patrimônio público.

**4.1.18.** A garantia de execução contratual não substitui nem afasta as responsabilidades técnicas da contratada, tampouco eventual garantia legal da obra, responsabilidade civil, solidez e segurança da construção, previstas no Código Civil, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**4.2.** Constituem obrigações iniciais da contratada, sendo condição indispensável para autorização da primeira medição e do primeiro pagamento:

**I** - efetuar o registro da obra junto ao CREA/MG e apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução;

**II** - promover o cadastro e registro da obra perante o INSS e demais órgãos previdenciários e trabalhistas competentes;

**III** – providenciar a obtenção do Alvará de Execução da obra, quando exigido pela legislação municipal e pelos órgãos competentes;

**IV** - apresentar matrícula CEI/CNO da obra, quando aplicável;



**V** - instalar placa de obra em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse e demais exigências do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA;

**VI** - comprovar a mobilização inicial de canteiro, equipe técnica mínima e equipamentos necessários ao início regular da execução.

**4.3.** A contratada deverá manter profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução da obra durante toda a vigência contratual, com registro regular perante o CREA/MG, devendo promover a correspondente ART de execução e de eventuais complementações, alterações ou substituições técnicas que se fizerem necessárias, sendo vedada a execução dos serviços sem responsável técnico formalmente designado.

**4.4.** Os licitantes, contratados e contratantes, bem como seus agentes públicos, sócios, acionistas, administradores, representantes e colaboradores, deverão atuar com estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, transparência, integridade e ética pública, durante todas as fases da contratação.

**4.4.1.** Declaram possuir pleno conhecimento das disposições constantes na Lei nº 8.429/1992, Lei nº 12.846/2013, Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas de integridade e combate à corrupção.

**4.4.2.** Comprometem-se a não praticar atos que possam configurar fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido, direcionamento licitatório, superfaturamento, ocultação de informações ou qualquer outra conduta lesiva à Administração Pública.

**4.4.3.** Obrigam-se a comunicar imediatamente aos órgãos de controle competentes, inclusive Controladoria, Ministério Público e demais autoridades fiscalizadoras, qualquer irregularidade de que tenham conhecimento no âmbito da execução contratual.

**4.4.4.** A violação das normas anticorrupção e de integridade constitui causa suficiente para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive responsabilização por perdas e danos.

**4.4.5.** Consideram-se práticas vedadas:

- a) corruptas;
- b) fraudulentas;
- c) colusivas;
- d) coercitivas;
- e) obstrutivas.

**4.4.6.** A Administração rejeitará propostas e poderá declarar a inidoneidade ou aplicar as sanções cabíveis sempre que houver comprovação de envolvimento do licitante em práticas ilícitas que comprometam a lisura do certame ou da execução contratual.

**4.4.7.** O Processo Administrativo de Responsabilização – PAR observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, seus regulamentos e demais normas aplicáveis à matéria.

**4.5.** A execução da obra deverá observar integralmente os projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho, disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências constantes do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

**4.6.** A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual, com registro ativo perante o CREA/MG ou CAU, quando cabível, bem como



promover a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, incluindo eventuais complementações, substituições ou alterações técnicas que se fizerem necessárias.

**4.7.** Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas do projeto e em conformidade com as normas técnicas vigentes, sendo vedada a utilização de materiais reutilizados, reconicionados, inadequados ou que comprometam a segurança, funcionalidade e durabilidade da obra.

**4.8.** A contratada deverá manter permanentemente atualizado o Diário de Obra, com registros diários de execução, quantitativos realizados, número de trabalhadores mobilizados, equipamentos utilizados, condições climáticas, ocorrências relevantes, orientações da fiscalização, intercorrências técnicas e evolução do cronograma físico-financeiro.

**4.9.** A execução deverá observar rigoroso controle tecnológico dos materiais e serviços empregados, incluindo ensaios, testes laboratoriais, verificações estruturais e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade e conformidade técnica da obra, correndo tais custos exclusivamente por conta da contratada.

**4.10.** A contratada deverá manter sinalização adequada, permanente e visível em toda a área de intervenção, adotando todas as medidas de segurança necessárias à proteção de trabalhadores, pedestres, veículos, imóveis vizinhos e demais terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.

**4.11.** Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC por todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, bem como o cumprimento integral das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho.

**4.12.** A contratada deverá adotar todas as providências necessárias para evitar danos às redes de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefonia, drenagem, pavimentação e demais infraestruturas existentes na área de intervenção, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados.

**4.13.** A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, situação superveniente ou fato que possa comprometer a execução regular da obra, indicando as providências corretivas cabíveis.

**4.14.** O cumprimento do cronograma físico-financeiro será obrigação contratual essencial, devendo a contratada observar rigorosamente os marcos parciais e prazo final de conclusão, sendo obrigatória a apresentação de plano de recuperação sempre que houver atraso relevante ou notificação formal da fiscalização.

**4.15.** A contratada deverá promover a limpeza permanente da área de execução, removendo entulhos, resíduos, sobras de materiais, escavações excedentes e quaisquer elementos que comprometam a segurança, mobilidade urbana ou adequada execução da obra.

**4.16.** Os resíduos da construção civil deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 307/2002, normas da ABNT, legislação ambiental vigente e exigências dos órgãos competentes, vedado o descarte irregular em vias públicas, corpos d'água, terrenos baldios ou áreas protegidas.

**4.17.** A contratada deverá instalar e manter, durante toda a execução da obra, placa de identificação em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo as informações obrigatórias relativas ao objeto, origem dos recursos, valor do repasse, QR Code e demais exigências previstas pela Caixa Econômica Federal e pelo Transferegov.br.





**4.18.** Qualquer alteração de projeto, metodologia executiva, quantitativos, materiais ou soluções técnicas somente poderá ser realizada mediante justificativa técnica formal, prévia análise da fiscalização e autorização expressa da Administração, sendo vedada qualquer modificação unilateral pela contratada.

**4.19.** A contratada responderá integralmente pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica e funcionalidade da obra executada, permanecendo responsável pelo prazo legal de garantia, inclusive quanto à correção de vícios construtivos, defeitos estruturais e falhas operacionais posteriormente identificadas.

**4.20.** A execução da obra deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, transparência, integridade e interesse público, sendo vedada qualquer conduta que comprometa a lisura da contratação, a qualidade da execução ou a correta aplicação dos recursos públicos federais e municipais envolvidos.

## **5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO:**

**5.1.** Os estimativos dos quantitativos foram obtidos através do levantamento técnico realizado pelo setor de engenharia do município, de acordo com as normativas técnicas pertinentes e peculiaridades do local para execução do objeto, conforme consta no projeto básico e nos demais documentos de engenharia pertinentes que se encontram em anexo.

## **6- VALOR ESTIMADO:**

**6.1.** O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o art. 23, §1º, III da Lei Federal 14.133/21.

## **7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:**

**7.1.** A presente contratação será realizada por meio da modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, e art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação destinada à execução de obra de engenharia de elevada relevância técnica e expressiva materialidade financeira, cujo objeto consiste na construção de creche.

**7.1.1.** A utilização da concorrência mostra-se obrigatória e juridicamente adequada diante da natureza do objeto, uma vez que se trata de obra de engenharia que demanda ampla competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e observância rigorosa aos princípios da isonomia, julgamento objetivo, eficiência e economicidade. A forma eletrônica, por sua vez, atende ao princípio da modernização dos procedimentos licitatórios, amplia a competitividade do certame, possibilita maior participação de licitantes, fortalece a transparência, reduz custos operacionais e assegura maior rastreabilidade e controle dos atos praticados no procedimento.

**7.1.2.** Além disso, considerando tratar-se de contratação vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, no âmbito do Novo PAC, com utilização de recursos federais, a adoção da forma eletrônica reforça a observância das diretrizes de governança, transparência e controle exigidas pela legislação aplicável e pelos órgãos de fiscalização.

**7.2.** A execução do objeto ocorrerá sob o regime de execução indireta, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, mediante contratação de empresa especializada responsável pela execução integral da obra.

**7.2.1.** A adoção da execução indireta justifica-se pela complexidade técnica da obra, pela necessidade de mobilização de equipe especializada, maquinário específico, responsável técnico habilitado, controle tecnológico permanente e estrutura operacional robusta, circunstâncias que inviabilizam a execução direta pela Administração Municipal com meios próprios.



**7.2.2.** A Prefeitura Municipal não dispõe de estrutura técnica, operacional e de pessoal suficiente para absorver integralmente a execução de obra dessa magnitude sem comprometer a continuidade de outros serviços públicos essenciais. Assim, a contratação de empresa especializada permite maior eficiência na execução, adequada responsabilização técnica, cumprimento dos prazos pactuados com a União e melhor controle da aplicação dos recursos públicos vinculados ao Novo PAC.

**7.2.3.** A Administração permanece responsável pela fiscalização contratual, acompanhamento das medições, controle da execução e verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, preservando o interesse público e a correta execução do objeto.

**7.3.** O regime contratual adotado será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, em razão de a obra possuir escopo definido, projetos executivos previamente elaborados, quantitativos estimados, memorial descritivo consolidado, planilhas orçamentárias estruturadas e cronograma físico-financeiro previamente estabelecido.

**7.3.1.** Nesse regime, a contratação se dá por preço certo e total para a execução integral do objeto, transferindo à contratada a responsabilidade pela completa entrega da obra dentro das condições técnicas previstas no processo licitatório.

**7.3.2.** A adoção da empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade orçamentária, controle financeiro mais eficiente, mitigação de riscos de aditivos excessivos, responsabilização objetiva da contratada e maior segurança jurídica para a Administração, especialmente em contratos financiados com recursos federais e submetidos ao acompanhamento da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br.

## **8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:**

**8.1.** Considerando que o objeto da presente contratação consiste na execução de obra de engenharia destinada à construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC, verifica-se a necessidade indispensável de estrutura técnica adequada para acompanhamento, fiscalização e gestão contratual durante todas as fases de execução da obra.

**8.2.** Trata-se de empreendimento de elevada relevância estrutural, com impacto direto na drenagem urbana, segurança da população, preservação da infraestrutura pública e mitigação de riscos de alagamentos, erosões e danos patrimoniais, exigindo controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços executados, conformidade técnica dos materiais empregados, cumprimento do cronograma físico-financeiro, regularidade documental e observância das exigências legais e contratuais.

**8.3.** A fiscalização deverá ser exercida por servidor ou equipe técnica formalmente designada pela Administração, preferencialmente composta por profissional habilitado na área de engenharia civil ou área correlata, com capacidade técnica compatível com a complexidade do objeto, responsável pela verificação permanente da execução física da obra, conferência das medições, acompanhamento do diário de obra, análise de boletins de medição, controle de prazos, verificação de segurança da obra e fiscalização da observância das normas técnicas aplicáveis.

**8.4.** Além da fiscalização da execução material, mostra-se necessária a atuação de gestor contratual responsável pelo acompanhamento administrativo do contrato, controle de prazos contratuais, análise de pedidos de aditivos, reequilíbrios econômicos, aplicação de penalidades, controle documental, verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, acompanhamento das exigências do Transferegov.br e cumprimento das obrigações vinculadas ao repasse federal.



**8.5.** A fiscalização técnica deverá observar especialmente o atendimento aos projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações estruturais, controle tecnológico dos materiais, estabilidade das estruturas executadas, segurança operacional da obra, adequação da drenagem implantada e plena funcionalidade da obra.

**8.6.** A gestão contratual deverá assegurar a correta alimentação das informações no sistema Transferegov.br, o cumprimento das exigências da Caixa Econômica Federal como mandatária da União, a observância dos marcos de medição e prestação de contas, bem como a preservação da regularidade do Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, evitando riscos de suspensão de repasses, glosas, devolução de recursos ou instauração de Tomada de Contas Especial.

**8.7.** A ausência de fiscalização técnica qualificada e de gestão contratual eficiente pode comprometer significativamente a qualidade da obra, a segurança da execução, a economicidade da contratação e a regularidade da aplicação dos recursos públicos federais, razão pela qual a designação formal de fiscal e gestor do contrato constitui medida obrigatória e essencial à boa execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.8.** Dessa forma, resta plenamente justificada a necessidade técnica de acompanhamento permanente, fiscalização especializada e gestão contratual estruturada, garantindo que a obra seja executada dentro dos padrões de qualidade exigidos, com observância dos prazos pactuados, correta aplicação dos recursos públicos e efetiva entrega do resultado esperado à coletividade.

## **9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES:**

**9.1.** Para a adequada execução do objeto referente à obra de engenharia destinada à construção da creche, não se verifica, neste momento, a necessidade de contratação correlata ou interdependente de natureza distinta, autônoma ou complementar que demande procedimento licitatório específico e apartado para viabilizar a plena execução da presente contratação.

**9.2.** Todos os serviços essenciais, insumos, materiais, equipamentos, mão de obra especializada, controle tecnológico, mobilização de canteiro, sinalização, medidas de segurança, escoramentos, contenções, destinação de resíduos, recomposição das áreas afetadas, licenças operacionais eventualmente exigidas e demais providências indispensáveis à entrega integral da obra encontram-se contemplados no escopo técnico da presente contratação, conforme projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo.

**9.3.** A solução proposta foi estruturada de forma completa e autossuficiente, permitindo a execução integral do objeto por meio de uma única contratação principal, sob regime de empreitada por preço global, evitando fracionamentos indevidos, sobreposição de responsabilidades, aumento de custos administrativos, conflitos de fiscalização e riscos de descontinuidade na execução da obra.

**9.4.** Eventuais serviços acessórios de apoio administrativo interno, fiscalização contratual e acompanhamento técnico pela Administração não se caracterizam como contratações correlatas ou interdependentes para fins licitatórios, por se tratarem de atribuições próprias da gestão pública e da execução regular das competências administrativas do Município.

**9.5.** Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui autonomia técnica e operacional suficiente para atingir integralmente sua finalidade pública, inexistindo necessidade de contratações correlatas ou interdependentes adicionais como condição para sua viabilidade ou funcionalidade.



## **10- REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

### **10.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

### **10.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze)





anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**10.2.1.** Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Agente de Contratação.

### **10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**10.3.1.** Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis pelas seguintes fórmulas:

I- O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

II- O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

III- O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

**10.3.2.** Será habilitada a empresa que apresentar:

- Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

**10.3.3.** Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

**10.3.4.** Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

**10.3.5.** CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

**10.3.6.** Comprovação de que a empresa possui capital social ou patrimônio líquido equivalente ou superior a 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor estimado dos respectivos itens propostos pelo licitante, caso sua proposta não compreenda a totalidade de itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

**10.4.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.



### **10.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **10.1.5.1. Qualificação Técnica Operacional (da empresa)**

I- Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculada, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a Licitante executou a qualquer tempo, ou esteja executando serviços com características semelhantes aos serviços previstos neste Edital. Alternativamente, a licitante comprovará a veracidade do atestado emitido em nome da empresa apresentando a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT registrada junto ao CREA/CAU, conjuntamente com sua respectiva ART assinada pelas partes envolvidas, em nome do profissional que realizou o serviço, independentemente do atual vínculo deste profissional com a licitante;

#### **10.1.5.2. Qualificação Técnica Profissional (do responsável técnico)**

I- Certidão de Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU/UF (Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal), em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior legalmente habilitados, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, devidamente registrado no CREA/CAU que demonstrem possuir experiência comprovada para execução da obra objeto da presente licitação;

**10.1.5.2.1.** Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização de serviços deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante, podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Administração Municipal;

**10.1.5.2.2.** A Comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) CAT(s) e o(s) profissional(is) é(são) vinculado(s) à licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente da sede ou filial onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e a licitante de acordo com a legislação civil comum.

**10.1.5.3.** Para o consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.



**10.1.5.4.** Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, será considerado como parcela de maior relevância e valor significativo do objeto o(s) seguinte(s) item(ns), com quantitativo correspondente no mínimo a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estipulado na planilha orçamentária:

Execução de obra de edificação em concreto armado destinada a uso educacional, institucional ou comercial, compatível em características, complexidade e porte;

Estrutura de concreto armado em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Cobertura em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>;

Instalações elétricas em edificação com mais de 400m<sup>2</sup>.

#### **10.1.6. VISTORIA PRÉVIA:**

I- Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Prefeitura Municipal Antônio Prado de Minas/MG, comprovando a realização de visita prévia ao local de execução da obra, mediante comparecimento de representante legal ou responsável técnico devidamente autorizado; ou Declaração Formal de Pleno Conhecimento das Condições do Local da Obra, subscrita pelo representante legal da empresa ou por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições físicas, estruturais, operacionais, topográficas, ambientais e logísticas da área de intervenção, bem como de todas as dificuldades, peculiaridades e fatores que possam influenciar direta ou indiretamente na execução contratual e na formulação da proposta.

**10.1.6.1.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**10.1.6.2.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [licitação@antoniopradodeminas.mg.gov.br](mailto:licitação@antoniopradodeminas.mg.gov.br) ou telefone (32) 98407-7906 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes

**10.1.6.3.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**10.2.** A exigência dos requisitos de habilitação encontra fundamento direto na necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e solidez econômico-financeira compatíveis com a relevância, complexidade e dimensão da obra de engenharia destinada à construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC. Trata-se de obra de significativa expressão financeira, elevada responsabilidade estrutural e relevante impacto urbano.

**10.2.1.** Nesse contexto, a habilitação econômico-financeira mostra-se indispensável para verificar a capacidade da licitante de suportar os encargos financeiros decorrentes da execução contratual, especialmente diante da necessidade de mobilização inicial de canteiro, aquisição de insumos, manutenção de equipe técnica especializada, maquinário pesado e capacidade de absorção de eventuais oscilações operacionais próprias de contratos de longa duração. A exigência de balanço patrimonial, demonstrações contábeis, índices mínimos de liquidez, solvência e capital social mínimo busca assegurar que a empresa possua estabilidade financeira suficiente para executar integralmente a obra sem risco de paralisação, abandono contratual ou incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas.



**10.2.2.** No que se refere à qualificação técnica, sua exigência decorre da própria natureza do objeto, que demanda execução especializada, controle tecnológico rigoroso, observância de normas técnicas da ABNT, atuação de profissionais legalmente habilitados e responsabilidade técnica formal perante os conselhos profissionais competentes. A exigência de registro da empresa no CREA/CAU, bem como de atestados de capacidade técnica operacional e Certidões de Acervo Técnico – CAT, visa comprovar que a licitante já executou serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto licitado, reduzindo significativamente o risco de contratação de empresa sem experiência prática suficiente para execução segura e eficiente da obra.

**10.2.3.** A exigência de qualificação técnica profissional, com comprovação de responsável técnico devidamente habilitado e detentor de acervo técnico compatível, busca garantir que a execução será conduzida por profissional com experiência comprovada em obras semelhantes, assegurando adequada supervisão técnica, responsabilidade pela execução e atendimento aos padrões estruturais exigidos. A possibilidade de substituição somente mediante prévia autorização administrativa e equivalência técnica reforça a segurança da contratação.

**10.2.4.** A delimitação de parcela de maior relevância e valor significativo, correspondente ao item estrutural principal da obra, com exigência de comprovação mínima de 50% do quantitativo previsto, observa o princípio da proporcionalidade e a jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, permitindo aferição objetiva da real capacidade técnica da licitante sem impor restrição indevida à competitividade, mas preservando a segurança da futura execução contratual.

**10.2.5.** Quanto à vistoria prévia ou apresentação de declaração formal de pleno conhecimento do local da obra, sua exigência se justifica pela necessidade de assegurar que os licitantes conheçam efetivamente as condições físicas, topográficas, operacionais, logísticas e ambientais da área de intervenção. A faculdade entre realização da vistoria ou apresentação de declaração preserva a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que impede futuras alegações de desconhecimento como fundamento para reequilíbrios indevidos ou descumprimentos contratuais.

**10.2.6.** Ante o exposto resta demonstrado que, os requisitos de habilitação exigidos não possuem caráter restritivo ou excessivo, mas sim natureza preventiva, técnica e protetiva do interesse público, estando integralmente alinhados aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo plenamente justificados diante da relevância e complexidade da presente contratação.

**10.3.** Na presente licitação haverá inversão das fases, momento em que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os licitantes deverão apresentar concomitantemente os documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório com a respectiva proposta.

**10.3.1** A inversão das fases procedimentais, com a realização da habilitação anteriormente ao julgamento das propostas, encontra fundamento no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo medida plenamente justificável diante das características específicas da presente contratação, cujo objeto consiste na execução de obra de engenharia destinada à construção da creche, vinculada ao Termo de Compromisso Transferegov.br nº 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC. Trata-se de obra de elevada complexidade técnica, expressiva materialidade financeira e significativa responsabilidade estrutural, cuja execução exige capacidade técnica especializada, robusta qualificação econômico-financeira, experiência comprovada em serviços similares, responsável técnico legalmente habilitado e rigoroso atendimento às exigências técnicas e operacionais impostas pela legislação e pelos órgãos repassadores dos recursos federais. Nessa





realidade, a realização prévia da fase de habilitação proporciona maior eficiência procedimental e maior segurança jurídica à Administração, permitindo que somente participem da fase competitiva de apresentação de propostas e lances os licitantes efetivamente aptos sob os aspectos técnico, jurídico, fiscal, econômico-financeiro e operacional, evitando a ocorrência de lances artificiais ou inexequíveis formulados por empresas que posteriormente seriam inabilitadas por ausência de capacidade real de execução.

**10.3.2.** A experiência prática demonstra que, em obras de engenharia de maior vulto, a manutenção da sequência ordinária frequentemente conduz à apresentação de propostas por empresas sem qualificação compatível, que ofertam preços excessivamente reduzidos apenas para ocupar posição competitiva no certame, ocasionando posterior inabilitação, necessidade de reabertura de fases, sucessivas convocações de remanescentes, atrasos processuais, insegurança procedimental e risco de comprometimento do cronograma de execução da obra.

**10.3.3.** A habilitação antecedente permite afastar previamente tais distorções, preservando o julgamento objetivo, a competitividade qualificada e a seleção de propostas efetivamente exequíveis, reduzindo significativamente o risco de paralisações futuras, abandono contratual, pedidos excessivos de reequilíbrio econômico-financeiro, inadimplementos contratuais e prejuízos à execução do objeto.

**10.3.4.** Além disso, considerando que a contratação está vinculada a repasse federal no âmbito do Novo PAC, com cronogramas de execução, medições e prestação de contas submetidos ao controle da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br, a celeridade e a segurança na definição da empresa efetivamente apta à contratação assumem relevância ainda maior, sendo indispensável evitar atrasos decorrentes de sucessivas inabilitações após o julgamento.

## **11- REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO:**

**11.1.** Conjuntamente com a apresentação dos documentos de habilitação será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para contratação.

**11.1.1.** A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.1.2.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**11.1.3.** Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

**11.1.4.** Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

**11.1.5.** A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.



**11.1.6.** Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas-MG, descrita a seguir: Banco do Brasil S.A. – Agência 2483 – X, Conta Corrente n.º 119501-8.

## **12- CONCLUSÃO:**

**12.1.** Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO VII - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**(EM ANEXO)**



PLANILHA  
ORÇAMENTÁRIA CRI



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO VIII – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**(EM ANEXO)**



CFF CRECHE  
APM.pdf





**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO IX – MEMORIAL DESCRITIVO**

**(EM ANEXO)**



MEMORIAL  
DESCRITIVO.pdf



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO X – QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI**



BDI CRECHE  
APM.pdf



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO XI - ATESTADO DE VISITA**  
**(FORNECIDO PELA PREFEITURA NO DIA DA VISITA)**

**Objeto:** Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para execução de obra de engenharia destinada à construção da CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE LOURDES GONÇALVES PIERMATEI (DONA LURDINHA) - FNDE - CRECHE TIPO 2”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, tributos, licenças e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO TRANSFEREGOV.BR N.º 978035/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Antônio Prado de Minas, no âmbito do Novo PAC.

Declaramos que o ....., devidamente inscrito no CPF sob n.º ..... representante da empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º .....devidamente credenciado, visitou o local da execução das obras e/ou serviços, objeto da Concorrência Eletrônica em epígrafe.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026  
(Nome, assinatura do responsável pelo órgão licitador)



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Em atendimento ao disposto no edital de Concorrência Eletrônica n.º ...../2026, Processo Licitatório n.º ...../2026, deflagrada pela Prefeitura Municipal de ....., DECLARO, que é (são) responsável (eis) técnico(s) pela execução de serviços, conforme projeto básico anexo a este edital, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, e pela adequação do projeto, objeto do certame em referência, o(s) profissional (ais) abaixo indicado(s):

RESPONSÁVEL TÉCNICO Nome:  
CREA/CAU n.º

Assinatura do RT: \_\_\_\_\_

(Localidade/UF), (...) de (...) de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal  
(carimbo da empresa)





**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 001/2026**

**ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA DISPENSA DE VISITA TÉCNICA.**

A Empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n.º \_\_\_\_\_, mesmo não tendo realizada a Visita Técnica, **DECLARA** para os devidos fins, que conhece os locais de execução dos serviços e obras, aceitando todas as características do projeto, assumindo toda a responsabilidade pela execução do mesmo, inclusive as dificuldades dos serviços relativos ao objeto desta licitação, tais como análise do solo, captação de água, luz e força, acessos, transportes, e ainda, aceitamos como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere a Concorrência n.º 0xx/2025. E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

RESPONSÁVEL TÉCNICO Nome:  
CREA/CAU n.º

Assinatura do RT: \_\_\_\_\_

(Localidade/UF), (...) de (...) de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal  
(carimbo da empresa)